

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARICE DE CARVALHO DA SILVA

INDICAÇÃO E ELEIÇÃO COMO FORMA DE PROVIMENTO DA GESTÃO DE
CMEIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS DAS REDES
MUNICIPAIS DE CURITIBA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

CURITIBA

2019

LARICE DE CARVALHO DA SILVA

INDICAÇÃO E ELEIÇÃO COMO FORMA DE PROVIMENTO DA GESTÃO DE
CMEIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS DAS REDES
MUNICIPAIS DE CURITIBA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Monografia apresentada como requisito parcial
a obtenção do título de Especialista, Curso de
Especialização em Políticas Educacionais,
Setor de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Ms. Renata Riva Finatti

CURITIBA

2019

Dedico a todos que tornaram esse trabalho possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que me incentivou na realização deste trabalho e compreendeu os momentos de ausência, para a dedicação ao mesmo.

À Ms. Renata Riva Finatti, pelo apoio e compreensão na escrita, sempre sendo muito paciente e incentivadora.

À Nadine Machado da Silva, pelos incentivos nos momentos de dificuldades e sua disponibilidade de ajuda com a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza, que me inspirou durante todo o curso e sempre foi muito atencioso nos momentos que precisei.

Aos colegas de curso, que sempre se mostraram muito prestativos para sanar dúvidas e compartilhar materiais.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes”.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo comparar duas formas de provimento de equipes diretivas e suas implicações no cotidiano educacional. Para a análise, se fez necessária uma breve fundamentação teórica sobre democracia e formas de provimento da gestão escolar. O trabalho teve como objetivos específicos: refletir se o fato de um diretor ser eleito difere de uma gestão por indicação; analisar em que medida uma ou outra forma de provimento pode ser considerada democrática; apresentar brevemente o histórico da gestão escolar nos municípios e explanar sobre formas de provimento e suas relações no contexto educacional. Foram aplicados questionários em dois Centros Municipais de Educação Infantil no município de São José dos Pinhais e em duas unidades em Curitiba. A escolha dos municípios se justifica por possuírem diferentes formas de provimento de diretores (eleição e indicação, respectivamente). A metodologia utilizada foi qualitativa, se pautou em análise bibliográfica e estudos de caso. Os resultados apontados pela pesquisa trazem questões pertinentes para o debate e busca da efetivação da gestão democrática na educação infantil.

Palavras chave: Educação Infantil. Gestão Democrática. Provimento de diretores. Curitiba. São José dos Pinhais.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES POR UNIDADE	37
GRÁFICO 2 - COMPARATIVO DE RESPOSTAS COM BASE NOS CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE TURMAS AOS PROFESSORES DAS REDES.....	39
GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE RESPONDENTES QUE CONHECEM OUTRAS FORMAS DE PROVIMENTO DIFERENTES DA INSTITUIÇÃO DE TRABALHO (números absolutos).....	40
GRÁFICO 4 – MELHOR FORMA DE PROVIMENTO PARA A FUNÇÃO DA DIREÇÃO.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE DEMOCRACIA E FORMAS DE PROVIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR	12
2.1	FORMAS DE PROVIMENTOS DE DIRETORES	15
2.1.1	Provimento por indicação	16
2.1.2	Provimento por Concurso Público	17
2.1.3	Provimento por eleição	18
3	A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA TOMADA DE DIREITO	21
3.1	BREVE TRAJETÓRIA DO PROVIMENTO DE DIREÇÃO NOS CMEIS DOS MUNICÍPIOS	23
3.1.1	Rede de Curitiba:	23
3.1.2	Rede de ensino de São Jose dos Pinhais	26
4	DESCRIÇÃO METODOLOGICA E A REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FRENTE AO PROVIMENTO DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	32
4.1	PERFIL DAS UNIDADES EM QUE OS QUESTIONÁRIOS FORAM APLICADOS	34
4.1.1	Rede de Curitiba	34
4.1.2	Rede de São José dos Pinhais	36
4.2	RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO A RESPEITO DA GESTÃO DA UNIDADE.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	REFERÊNCIAS	53
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO - EQUIPES DIRETIVAS.....	57
	APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO – sujeitos que compõem a comunidade dos CMEIs	60
	APÊNDICE 3 - AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	62

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está atrelado a minha carreira docente, que por seis anos atuei como professora de educação infantil na rede pública de Curitiba, notando alguns aspectos da forma da gestão. Quando assumi o concurso de docência I, nomenclatura utilizada para professor atuante no ensino fundamental, pude fazer comparações na atuação das equipes diretivas desta etapa e da qual havia trabalhado anteriormente, na educação infantil. Mesmo sendo da mesma Rede, essas duas etapas da educação básica possuem formas de provimento diferentes em Curitiba, no ensino fundamental se tem o provimento por eleição para seleção de diretores e na educação infantil a indicação. Dessa forma, esses fatores me impulsionaram para o objeto dessa pesquisa, despertando a curiosidade em saber teoricamente qual das duas formas de provimento proporciona uma maior proximidade com a gestão democrática, considerando a etapa da educação infantil e para que a mesma seja de qualidade.

O atendimento à criança pequena no Brasil se deu de duas formas. Para a população com melhor poder aquisitivo ocorreu através dos jardins de infância, com um intuito educacional. Para a classe menos abastada, surgiram as creches, de cunho assistencialista, viabilizando a saída da mulher para o mercado de trabalho, a qual passou a contribuir financeiramente para o sustento da família. Dessa forma, por muito tempo esse atendimento voltado ao cuidado se limitou a apenas um local seguro para a criança ficar durante o dia, não havendo uma preocupação pedagógica com o desenvolvimento dessas crianças. Fator esse que influenciou e ainda influencia a visão dessas instituições na sociedade atual; é muito comum que as instituições públicas sejam atreladas somente ao cuidar da criança, desconsiderando o trabalho pedagógico desenvolvido pelos locais.

O processo de redemocratização do país teve forte influência no campo educacional também, fazendo com que se pensasse em gestão democrática no chão da escola. A grande bandeira dos movimentos sociais a essa democratização foi a eleição do diretor, em combate às indicações políticas que ocorriam ao cargo, e muitas das vezes como troca de favores.

O contexto histórico do surgimento e reconhecimento da importância da educação infantil para a criança pequena no Brasil ocorreu de forma recente, se comparada ao ensino fundamental. Dessa forma, tal fato também refletiu na caminhada democrática de ambas as etapas da educação básica, como por exemplo no município de Curitiba, que antes mesmo da Constituição Federal de 1988 reconhecer a educação infantil como dever do Estado e direito da criança, as instituições escolares de ensino fundamental já possuíam uma estrutura de gerência partindo de conceitos democráticos, oferecendo a eleição como forma de provimento de diretores em suas unidades.

Diferentemente de Curitiba, que apesar de eleger diretores para escolas, não o faz para os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), São José dos Pinhais tem como forma de provimento, para ambas as etapas de ensino, a eleição. A escolha por São José dos Pinhais se deu pelo fato do município fazer parte da região metropolitana de Curitiba, facilitando seu acesso por esta pesquisadora e ter como provimento de diretores nos Centros Municipais de Educação Infantil a eleição, possibilitando a comparação das redes de ensino na mesma etapa e especificidades.

São José dos Pinhais teve como forma de escolha de diretores na educação infantil a indicação, até o ano de 1998, e em 2001 passou a ser através da aprovação em um processo de escolha dos diretores e designação do chefe do poder executivo. No período de 2000 a 2004 a educação infantil saiu da responsabilidade da assistência social e passou a fazer parte da pasta da educação.

Essa mudança de pasta vai de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 do ano de 1996, em que a educação infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica, sendo dividida em creche para crianças até três anos de idade e pré-escola para criança de 4 a 5 anos de idade.

Nos municípios pesquisados as instituições públicas que atendem exclusivamente a educação infantil são chamadas de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). O ensino fundamental obrigatório se dá na escola a

partir dos 6 anos de idade. Algumas unidades escolares também atendem crianças de educação infantil, da pré-escola.

Assim, o trabalho tem como objetivos específicos: refletir se o fato de um diretor ser eleito difere de uma gestão por indicação; apresentar brevemente o histórico da gestão democrática nos municípios e explanar sobre formas de provimento e suas relações políticas e sociais no contexto educacional. Para essa comparação foram utilizados dados de duas Redes de ensino, com formas de seleção de diretores diferentes.

Neste viés, a pesquisa busca contribuir teoricamente para a compreensão dessas configurações de provimento e suas implicações, que tanto são debatidas e até mesmo se tornam objeto de luta por entidades sindicais, visando a garantia da participação social na construção de uma educação democrática.

Para buscar atingir o objetivo dessa pesquisa o trabalho foi estruturado em 3 capítulos: uma breve contextualização da gestão democrática da escola pública, considerando as ideias de autores da área; breve histórico da educação infantil no Brasil e nos municípios investigados para entender as formas de provimento da gestão a ela implementadas, tendo em vista suas especificidades; e, por último, apresentação e análise das respostas dos questionários visando estabelecer um comparativo das formas de provimento e atuação das gestões.

A metodologia utilizada para o colhimento de informações foi o estudo de caso, em unidades das duas redes, com aplicação de questionário. A escolha dos locais se deu em razão a facilidade de acesso desta pesquisadora.

Os capítulos se iniciam com um aporte teórico sobre a gestão democrática no cotidiano escolar, apresentando as formas de provimento de diretores que foram e ainda são utilizadas pelos municípios abordados. Curitiba já teve como forma de escolha de diretores das unidades de educação infantil o concurso público e agora tem a indicação. O provimento por concurso público aconteceu até o ano de 1987 na capital paranaense; o cargo era denominado de administrador de creche e, segundo Cruzza (2018), haviam, no ano de 2018, ainda 10 gestoras atuantes, provenientes dessa última seleção. Em São José dos Pinhais a escolha de direção se deu por indicação, seleção e atualmente eleição. Após isso, no segundo capítulo foi apresentado um breve contexto sobre

a história da educação infantil no Brasil, Curitiba e São José dos Pinhais, contextualizando o cenário atual desta etapa da educação básica. A coleta de dados da Rede de São José dos Pinhais ficou mais restrita às leis do município, devido à baixa produção acadêmica e dados referentes ao local, ao contrário de Curitiba, o que minimizou a contextualização histórica educacional do local.

Dando continuidade à pesquisa, o terceiro capítulo aborda os dados dos questionários aplicados e sua análise, apontando questões para o debate das formas de provimento de diretores e da gestão democrática.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE DEMOCRACIA E FORMAS DE PROVIMENTO DA GESTÃO ESCOLAR

Neste capítulo será apresentada brevemente a concepção de gestão democrática, conceituando alguns aspectos importantes para a reflexão acerca do provimento de diretores nas unidades educacionais públicas, considerando também os documentos mandatórios referentes à educação no país, como: Constituição Federal de 1988 (CF/1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e Plano Nacional da Educação (PNE).

Não existe um único conceito de gestão democrática, para esta análise foram considerados algumas concepções, visando nortear teoricamente a atual realidade empírica. Tais concepções objetivam ampliar a ideia de democracia, que comumente se restringe ao que Souza (2009) denomina de “respeito a maioria”. Evidenciando que a tomada de decisão é feita por um grupo para todos os outros membros, se traduzindo no modelo que a sociedade contemporânea pratica e legítima. Cenário esse que gera algumas discussões teóricas em torno desse poder, juntamente com suas disputas políticas.

Para Souza (2006), atender aos interesses da maioria pode gerar certo tipo de violência às minorias. Em alternativa a essa estruturação ele apresenta como elemento base para a democracia o diálogo. Ele deve permear as discussões dentro da escola, se sobressaindo sobre a disputa política de grupos, favorecendo a busca por um bem comum a todos na instituição escolar.

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre as escolas identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (SOUZA, 2009, p. 125)

Neste viés, a gestão escolar democrática deve atender o interesse que é de todos. Infelizmente esse conceito não se mostra presente na atual realidade,

são várias as influências que levam a gestão a outros caminhos, sendo o mais comum deles o autoritarismo. Vitor Paro (2017) pontua que o atual sistema é hierárquico, centralizando a tomada de decisão no diretor, situação essa enraizada dentro do âmbito escolar a ponto de as pessoas acreditarem que tal postura é inerente ao cargo.

O autor traz como alternativa a esse cenário a distribuição dessa autoridade gestora aos diversos setores escolares, beneficiando até mesmo a saúde desse diretor, que devido as responsabilidades do cargo tem prejudicado o bem-estar físico e profissional desse servidor. Dessa forma, o benefício gerado seria em prol de todos da escola.

O combate a esse autoritarismo deve emergir da prática cotidiana escolar, não esperando uma transformação social para a mudança na escola. Paro (2001, p.19) ressalta que: “É aí, na prática escolar cotidiana, que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade”. Tal movimento requer uma melhor formação aos educadores, refletindo criticamente sobre suas ações. Essa articulação se dificulta na medida que seu surgimento teria que sair de um contexto social consolidado em ações autoritárias.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 se refere à gestão nas instituições públicas para que a mesma ocorra de forma democrática, mas não traz maiores esclarecimentos sobre de que forma ocorrerá esse gerenciamento, deixando essa determinação a cargo dos entes Federados. Motivo que pode justificar São José dos Pinhais e Curitiba serem municípios vizinhos, mas com formas de provimento de direção nas instituições de educação infantil diferentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996 - trata o assunto de forma um pouco mais detalhada, reforçando a autonomia dos sistemas de ensino, explicitando a necessidade de atender suas peculiaridades e seguir alguns princípios (BRASIL, 1996). Os quais abrangem:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, Art.14)

Dessa forma, a lei visa incluir a participação da comunidade na gestão das unidades, mas se limita a apresentar formas de provimento desses diretores, ou tratar de outras questões pertinentes ao assunto, como as formas de efetivação da mesma. Assuntos que vão aparecer nas estratégias da meta 19 do Plano Nacional da Educação (2014-2024), sobre Gestão Democrática.

O PNE, que foi aprovado em 2014, é um documento composto por diretrizes e vinte metas e estratégias, para as políticas educacionais brasileiras, as quais visam uma melhor qualidade no ensino do país. Dentre essas metas, a 19º faz referência a gestão democrática:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014)

Nesta Lei de 2014, observa-se que a questão de provimento desses diretores já aparece como uma das condições da efetivação da gestão democrática. Embora a mesma não defina como vai ser a seleção desse gestor, ela associa a necessidade de se ter uma avaliação considerando o conhecimento técnico do candidato e também estabelecer uma consulta pública a comunidade escolar, a qual pode se referir a uma eleição ou até mesmo uma indicação política, desde que posterior à uma consulta – lista de candidatos para posterior escolha política, dentre os nomes, por exemplo. Em conformidade com essa Lei, o Plano Municipal da educação de Curitiba (Lei nº 14.681) descrimina em seu texto a realização de eleição de diretores para os Centros Municipais de Educação Infantil no prazo de dois anos a contar da data de publicação da lei (CURITIBA, 2015). O que não ocorreu, uma vez que o prazo (junho de 2017) já passou.

O município de São José dos Pinhais instituiu o Plano Municipal de Educação no ano de 2015, e já contemplava desde 2006 a participação dos familiares e professores para a escolha de seus gestores. Dessa forma a

referência que o documento municipal faz ao assunto, envolve-se em se adequar à Lei que disciplina a Organização do Sistema Municipal de Ensino do ano de 2004, no prazo de 3 anos. Tal documento traz entre outros assuntos de seu conteúdo, a responsabilidade de efetivar a participação dos órgãos colegiados na gestão das unidades (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004).

Fazendo uma breve reflexão sobre a gestão democrática em âmbito nacional, observa-se que a mesma aparece na CF/88 de maneira ampla e com o passar do tempo, os documentos que se seguiram foram cada vez mais detalhando de que forma a mesma deveria ocorrer. Chegando a forma de seleção do gestor da instituição pública só no ano de 2014 com o Plano Nacional da Educação, fato que já ocorria na escola do ensino fundamental em Curitiba desde 1983 e desde 2006 em São José dos Pinhais no ensino fundamental e educação infantil, mas não aconteceu em muitas instituições públicas brasileiras, como era o caso das de educação infantil de Curitiba.

A autonomia da legislação dos sistemas de ensino fez com que os dois municípios, objetos de pesquisa, estabelecessem a eleição de diretores como provimento de suas instituições de ensino fundamental em Curitiba e em São José dos Pinhais fundamental e infantil anterior ao PNE, fato que foi progressivo somente para o ensino fundamental da capital paranaense, ainda que esta forma de provimento não tenha se estendido à primeira etapa da educação básica.

2.1 FORMAS DE PROVIMENTOS DE DIRETORES

Existem algumas maneiras de escolha para o cargo de diretor escolar. Mendonça (2000) apresenta esses provimentos divididos em 2 formas: puras, as quais englobam a seleção por indicação, eleição e concurso público, ou seja, a escolha acontece através de um único processo; e a seleção mista, que envolve mais de uma etapa para ocupação do cargo. Nesta última estão inseridas, por exemplo: seleção mais eleição, seleção e indicação, etc.

O mais comum e historicamente reivindicado desses provimentos é a eleição, o qual foi bandeira de luta dos movimentos sociais, e frequentemente é

vista, por si só, como garantia de democracia, conceito que não se confirma diante da realidade e referências teóricas analisadas. Mendonça (2000, p. 123) coloca que: “Talvez a eleição de diretores escolares tenha polarizado tanto a luta pela democratização da gestão escolar por ter sido a bandeira mais concreta pela qual lutar”. Assim, esse anseio pela democracia se personificou apenas na eleição, ainda que uma gestão democrática se faz no decorrer do cotidiano escolar e não apenas em uma ação de escolha.

Os modelos de provimentos apresentados a seguir se referem às formas de provimento que ocorriam e ocorrem nos municípios objetos de pesquisa, sendo através da indicação e eleição, concurso público na rede de Curitiba e seleção em São José dos Pinhais.

2.1.1 Provimento por indicação

A escolha por indicação é apontada por Paro (2003) como herança da república velha, em que imperava o coronelismo, e a tomada de decisão vinha de cima para baixo, deixando a população sempre passiva a qualquer mudança ordenada por determinado grupo de poder. Geralmente não existe regulação para esse formato de escolha, as razões e exigências ao cargo são geralmente apontadas por quem indica, sendo um mínimo de experiência na área de atuação, qualificação específica, afinidade com o partido ou grupo no governo ou por troca de favores políticos, denominado de clientelismo político, ou por uma combinação desses fatores.

O clientelismo político está pautado pela dependência de troca de favores entre pessoas do mesmo grupo social. No Brasil essas ligações se deram de diversas formas e até hoje a prática se mostra presente no país. Em alguns estados e municípios, a indicação ao cargo se dava em troca, sem o servidor ter um mínimo de vínculo com a escola, sendo uma prática de nepotismo, apadrinhamento, alianças partidárias, etc. Em conveniência ao poder político do local, vereadores e deputados políticos vetavam o uso das eleições nas

instituições escolares, prevalecendo seu poder, distribuindo cargos em troca de favores políticos (PARO, 2003).

A justificativa política para o provimento por indicação, colocada por Paro (2013), é legitimada no fato de que a eleição do governante feita pelo povo, tem a prerrogativa de escolher seus “ajudantes” para pôr em prática seu plano de governo. Justificativa essa que esconde o real interesse privado desses diretores e políticos.

Neste viés, ocupar esse cargo por indicação política faz com que o diretor seja um braço político do Estado, e o mesmo tenha o poder de controlar aquela população através da instituição pública. Dessa forma, a gestão vai agir em conformidade com os interesses da mantenedora, mesmo se tais ações não forem em consonância com os interesses da comunidade. Ainda que, da mesma forma que ele foi nomeado sem uma regulamentação formal, ele pode ser destituído.

O provimento por indicação é conveniente ao Estado, fortalecendo os grupos que nele atuam, partindo da confiança pessoal e política atribuída a esses servidores. Mendonça (2000) caracteriza esse trabalhador como funcionário patrimonial, o qual possui confiança política e pessoal dos padrinhos, levando a ao exercício do cargo não por capacidades e sim por coleguismo, atributos que são contrários ao Estado democrático. Neste cenário o diretor indicado fica à mercê da política.

2.1.2 Provimento por Concurso Público

Esse provimento veio em alternativa à indicação política, tendo um viés meritocrático, no qual o indivíduo alcança a gestão através de um processo seletivo, com critérios que buscam atender aspectos técnicos inerentes ao cargo. A justificativa para o mesmo está pautada na imparcialidade política, e seleção em um exame que busca pelos candidatos que melhor apresentarem domínio teórico sobre administração escolar, e seu caráter democrático em oferecer oportunidade igualitária a todos que vão prestar o concurso, democratiza essa

que não se estende à comunidade escolar, uma vez que ela não participa desse processo de escolha.

O candidato acaba sendo selecionado a partir de seu domínio técnico sobre gestão, não sendo possível medir ou identificar a capacidade prática do mesmo por concurso ou prova de títulos (SOUZA, 2007). O candidato não ter vínculos com a escola que irá atuar, gera um desconhecimento das condições de funcionamento da mesma, que infelizmente na escola pública brasileira, se dá de maneira precária, conhecimento esse que está presente no cotidiano dessas instituições e não em uma base teórica administrativa (PARO, 2003).

Em razão disso, autores como Paro (2003, 2013) e Souza (2007) defendem que a escolha por concurso público não é a melhor forma de provimento dentro das escolas, já que o papel do gestor escolar vai além de domínios técnicos.

Embora essa forma de escolha vise combater o clientelismo político, ela foge ao aspecto democrático, uma vez que a comunidade não possui voz nessa escolha, a qual cabe somente ao servidor gestor, que pode escolher em que instituição ele vai atuar.

Para Mendonça (2000, p.137), “A vitaliciedade adquirida pelo cargo de diretor por meio de concurso público poderia em princípio livrar o dirigente do compromisso político com quem o nomeia, muito comum nos processos de indicação”. Sendo assim, a estabilidade do trabalho pode fazer com que esse diretor não atenda aos interesses políticos da mantenedora e nem da comunidade.

2.1.3 Provimento por eleição

A eleição de diretores veio como um anseio das lutas sociais, em consonância com o fim da ditadura militar e redemocratização política. Alguns autores reconhecem essa forma de provimento como o processo que melhor se enquadra para a escolha do diretor escolar dentre as outras opções, pois permite uma maior participação dos interessados diretamente do processo educacional

– comunidades -, conseguindo abranger aspectos técnicos referentes ao cargo e questões políticas, dando voz e poder de escolha à comunidade escolar.

Embora seja um princípio da democracia, essa forma de provimento apresenta resistência pelos governantes, uma vez que, como coloca Paro (2003), o poder dos governantes tende a diminuir diante de uma escola democrática. Esse gestor passaria a atender mais os interesses da comunidade, e não mais as vontades políticas em benefício privado do governo.

Outra ideia colocada por Paro (2013) que merece destaque é: se esse representante político tem a convicção da aprovação da população diante dos atos que ele realiza, não haveria o que temer da escolha desse povo aos seus representantes escolares. Dessa forma, esse político passa a defender a voz da comunidade somente quando é conveniente a ele, e mais uma vez o interesse privado se prevalece sobre o público.

Essa forma de provimento por si só não garante uma gestão democrática, sendo necessário para a consolidação da mesma, ações cotidianas na instituição. Como aponta Souza (2006), a participação da comunidade através do voto não significa que seus interesses estejam sendo atendidos, é necessário haver diálogo, interação e abertura para a tomada de decisão coletiva, fazendo com que o participante não seja apenas um número, e também que essa participação não seja somente no momento da execução das propostas, e sim em sua totalidade, contemplando também a criação das mesmas. Ainda sobre a gestão em seu cotidiano:

A Gestão democrática é um fenômeno político, de governo, que está articulando diretamente com ações que se sustentam em métodos democráticos. Mas, mais do que isso, para o autor, não se trata apenas de ações democráticas ou de processos participativos de tomada de decisões, trata-se, antes de tudo, de ações voltadas à educação política, na medida em que são ações que criam e recriam alternativas mais democráticas no cotidiano escolar no que se refere, em especial, às relações de poder ali presentes. (Lima, 2000, citado por SOUZA, 2006, p. 128)

Outro critério visto como ponto positivo da eleição pelos autores é o compromisso da gestão para com os interesses da comunidade, por ser a mesma que elege para o cargo. Neste ponto, Souza (2006) chama a atenção

para a necessidade desse interesse estar atrelado à qualidade da educação pública.

A eleição como forma de provimento não vai garantir uma gestão democrática, mas é uma das medidas necessárias para a mesma, pois ela é a única que viabiliza a participação da comunidade na escolha da direção escolar. Considerando também que esse fator influencia na qualidade de aprendizagem e desenvolvimento do estudante, ainda que sua atuação deve ocorrer em conformidade com as necessidades da instituição e comunidade local.

O Diretor é um líder político no sentido amplo, o qual atua em prol da população que ele atende e não em benefícios privados ou com amarras político-partidárias, dentro disso a eleição é o provimento que melhor atende essas necessidades.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA TOMADA DE DIREITO

Para se compreender os modelos atuais de gestão em ambos os municípios, se fez necessária uma breve contextualização da história da Educação Infantil no Brasil.

O surgimento das creches veio atrelado a saída da mulher para o mercado de trabalho, uma vez que as mesmas necessitavam deixar seus filhos em um local seguro para irem trabalhar. Dessa forma, a creche era vista como substituta das mães, criando até mesmo atritos entre a mãe e as professoras, devido a sentimento de culpa pela ausência na vida dos filhos por parte das genitoras. (ARBIGAUS, 2018).

Em contrapartida, nas classes mais favorecidas, espaços privados ofereciam a pré-escola como preparação para o ensino fundamental, o qual se denominava de jardim de infância. Dessa forma a criança pobre participava de um ambiente de cunho assistencialista atrelado aos cuidados, e a criança da elite podia desfrutar de um espaço educacional que tinha como objetivo o desenvolvimento intelectual, através de atividades lúdicas, como aponta (ARBIGAUS, 2018, p.25) “Enquanto o setor da assistência atendia as crianças pobres, o setor da educação era responsável pelo atendimento das classes média e alta”. Essa situação perdurou tanto na rede de Curitiba quanto de São José dos Pinhais até o início dos anos 2000, quando a educação infantil passa a fazer parte da secretária de educação e não mais da assistência social.

Essa discussão a respeito da criança impulsionou, no século XX, a primeira Declaração dos Direitos da Criança em Genebra em 1924 (ARBIGAUS, 2018). Com o passar dos anos o direito à creche foi ganhando espaço nas discussões e leis públicas, mas infelizmente, sempre sendo colocado esse direito atrelado a necessidade da mãe em ter um local para deixar seu filho enquanto trabalha fora e não da criança, em seu direito a educação.

Dentro desse viés de atendimento público a criança, se tinha uma formação voltada a submissão, em manutenção a necessidade de mão de obra barata que o sistema exigia. E não diferente da concepção de instituição pública

atual, a visão dessa oferta dada pelo Estado era vista como um favor a população e não como direito e obrigação do mesmo em ofertar.

A luta social das mulheres contribuiu bastante na conquista dos direitos a educação infantil. Essas lutas de interesses sociais e políticos foram compiladas em apenas um documento. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 garantiu o direito da criança de 0 a 6 anos (com a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, essa idade passou a ser de 0 a 5 anos) ao acesso à educação infantil, e a mesma passa a ser a primeira etapa da Educação Básica, não se limitando somente aos cuidados e sim ao desenvolvimento integral da criança, independente de fator social ou econômico.

Infelizmente garantia de direito não é garantia de acesso, e hoje no Brasil não são todas as crianças que ingressam na educação infantil, deixando muitas vezes essas crianças em condições que violam sua integridade e condições básicas ao direito da infância.

O fim da ditadura militar foi um marco bastante significativo para a busca por uma sociedade mais democrática. E foi com esses anseios também que a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, nomeando a nação como um Estado Democrático de Direitos, como aponta (FINATTI 2016, p.13), visando “garantir legalmente, liberdades a todos cidadãos, ao mesmo tempo em que lhe protege os direitos humanos e respeita condições fundamentais de vida”.

A redação da constituinte prezou pelo direito do cidadão, sendo pautada na legalidade que todos se submetem às regras. Também foi democrático, de forma que esses direitos e deveres foram elaborados pelo próprio povo, através de seus representantes políticos, eleitos democraticamente.

Foi a partir dessa concepção que a democracia se estendeu até a escola. Em Curitiba a escolha de diretores (as) no ensino fundamental já não se limitava a indicação antes mesmo da Constituição Federal de 1988, fato que pode ter contribuindo para a elaboração deste mesmo documento (FINATTI, 2016).

Esse resgate é importante para, ao analisarmos a atual situação do provimento de diretores dessa primeira etapa da educação básica,

compreendermos sobre seu histórico que muito influi na concepção da Educação Infantil que temos hoje e o modo em que pensamos e agimos sobre a mesma.

Para esta análise, será considerado o percurso histórico do processo de provimento de escolha de gestão dos Centros Municipais de Educação Infantil, em São José dos Pinhais, a qual possui apenas um modelo de provimento para as etapas da educação básica, sendo a eleição direta. E em Curitiba, que atualmente apresenta duas formas de provimento em suas unidades educacionais, sendo na Educação Infantil através da indicação e no Ensino Fundamental a eleição direta.

3.1 BREVE TRAJETÓRIA DO PROVIMENTO DE DIREÇÃO NOS CMEIS DOS MUNICÍPIOS

3.1.1 Rede de Curitiba:

A Educação Infantil em Curitiba passou a fazer parte da Secretaria Municipal de Educação apenas em 2003; anteriormente ela fazia parte da Secretária Municipal da Criança, incumbida de zelar pelas creches. A baixo segue um breve resumo dos fatos históricos referentes as primeiras creches do município.

Mantagute (2009) analisa os dados populacionais de Curitiba, considerando que o crescimento do número de habitantes entre 1950 e 1980, flexionou a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas atreladas às condições de sobrevivência dessas pessoas, necessidades essas que se ramificavam em algumas áreas de atendimento social, como acesso à escola e creche às crianças.

Em 1976 surge o Programa “Educação: Atendimento pré-escolar”, o qual se preocupava com o desenvolvimento psico-físico-social da criança. Tal ação fazia parte de um plano de Desfavelamento de Curitiba, como afirma Mantagute (2009), dessa forma o atendimento era de cunho assistencialista. A iniciativa

para a construção e manutenção das creches surgiu com a estruturação social da capital devido a migração campo-cidade e a implantação da Cidade Industrial.

No ano de 1977, pensando na saída das mulheres para o mercado de trabalho, foram inauguradas as primeiras creches em Curitiba. A proposta era de que as mães tivessem um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalhavam fora. A criança passa a ser uma responsabilidade não mais só da família, e a prefeitura de Curitiba se compromete com ela e cria nos conjuntos habitacionais as creches, as quais tem o objetivo de atender as crianças e contribuir para o trabalho remunerado das mães. Esse atendimento veio com uma visão assistencialista, para atender e melhorar as condições de vida da população menos favorecida.

Essa situação é repensada com a CF/88, e a Educação Infantil passa a ser vista como direito da criança de 0 a 5 anos, sendo reconhecida como a primeira etapa da educação básica. Dessa forma, o direito a educação veio com o intuito assistencialista, visando a saída da mulher ao mercado de trabalho.

Em 1979, através de levantamentos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, descobriu-se que o atendimento às crianças de 2 a 6 anos na capital se limitava a 15% dessa população. Dessa forma, em 1980 direcionaram-se iniciativas para o aumento do atendimento a essas crianças, despertando incentivos para a elaboração de uma rede municipal de creches, originando a soma de mais 5 instituições construídas, resultando em 20 creches oficiais. (CRUZETTA, 2018)

No ano de 1985 foi aberto edital para o primeiro Concurso Público visando a contratação de servidores para a atuação nas creches de Curitiba. Os cargos eram, segundo o Diário Oficial (1985, p.9): “Administrador de creche, babá, encarregado de cozinha de creche, auxiliar de cozinha de creche, atendimento de lavanderia, guardião (vigilante) e auxiliar de serviços gerais (operário e servente)”.

Os critérios de exigências para o cargo de Administrador de creche eram: ter idade mínima de 18 anos completos e máxima de 40, estar em dia com o serviço militar, no caso de homens, e possuir o 2º grau (atual ensino médio)

completo. Para o cargo de babá o que diferia era a escolaridade, exigindo apenas o 1º grau (atual ensino fundamental) completo. (DIÁRIO OFICIAL, 1985)

Em 1986 e 1987 ocorreu o último concurso público para administrador de creche. Dessa vez a exigência mínima de escolaridade era de apenas a 8ª série (CRUZETTA, 2018). Ainda hoje existem servidoras atuando na rede exercendo esse cargo, que passou por mudança de nomenclatura para diretora. Devido à baixa quantidade dessas servidoras, e o objeto de pesquisa estar limitado a eleição e indicação, essas unidades cujas diretoras são concursadas ao cargo não foram consideradas na pesquisa. Após esse concurso o preenchimento da vaga ao cargo se deu por indicação.

A ampliação das unidades e o desenvolvimento pedagógico foi muito progressivo ao longo desses anos. Mas o provimento por indicação prevaleceu. Nos documentos normativos como a CF/88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o termo “gestão democrática” aparece como princípio do ensino de maneira sucinta e pouco explicativa, “Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”, não sinalizando quais seriam os caminhos para essa democratização no ensino.

A gestão escolar, pelas determinações legais, deve ser pautada pelo princípio e pelos métodos democráticos. Todavia, há pouca clareza sobre o que significa a tradução de um em outro, na ação concreta nas escolas públicas país afora. (SOUZA, 2009, p. 124)

No ano de 2006 a Lei nº 12.083, de 19 de dezembro, passou a exigir como escolaridade mínima o nível médio na modalidade magistério para o cargo de educador, no município.

Em 2014 se tem a aprovação da Lei nº 14580, de 22 de dezembro, que muda a nomenclatura de educador para professor de Educação Infantil e reestrutura a carreira e atribuições do cargo.

No ano de 2015 é sancionada a Lei nº 14.681, de 24 de junho, a qual aprova o Plano Municipal de Educação. O documento traz como título da meta 22 a Gestão Democrática, a qual objetiva:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos a contar da aprovação deste PME, para a efetivação da gestão democrática da educação, garantindo a realização de eleição direta para direção das unidades educacionais (escolas e centros municipais de educação infantil), com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, prevendo recursos e apoio técnico das secretarias estadual e municipal de educação (CURITIBA, 2015)

Passados os dois anos de prazo, a efetivação da eleição direta nos CMEIs não foi efetivada, e as discussões a respeito da implantação paralisadas. Tal ação demanda uma estruturação sobre como ocorrerá a eleição, quem pode participar, em especial uma discussão sobre o caso, de ainda existirem servidoras ativas do último concurso de administradoras de creche (1986/1987), as quais possuem o direito de estar no cargo de direção, interferindo no provimento por eleição.

É característica do provimento por indicação não existir critérios para esta escolha. Mas ao entrar em contato com a superintendente de educação de Curitiba, a mesma sinalizou que para o ano de 2019, seriam formalizados alguns critérios para o cargo a partir de edital, sendo: formação de nível superior preferencialmente em pedagogia; não estar em estágio probatório; realizar uma espécie de prova escrita; fazer uma entrevista com a diretora de departamento; entrevista com a secretária da educação e ter experiência em educação infantil.

Dessa forma, o provimento dos diretores passará a ser por seleção e a escolha dos diretores continuará sendo da mantenedora, ainda que a entrevista ocorrerá por autoridades do município. Assim, a escolha de diretores continuará não contemplando a meta 22 da Lei nº 14681 do Plano Municipal da Educação, distanciando a participação da comunidade na escolha dos gestores.

3.1.2 Rede de ensino de São Jose dos Pinhais

São José dos Pinhais foi fundado no ano de 1897, fazendo parte da Região Metropolitana de Curitiba. Possui uma boa localização geográfica,

contendo em seu território importantes rodovias, aeroporto, além de estar próximo ao Porto Paranaguá, como afirma Grochoski (2005). Tal fato atraiu grandes empresas, gerando uma arrecadação econômica para o local. A população, em conformidade com a economia, também cresceu, exigindo do município um maior desenvolvimento das políticas públicas e planejamento as demandas sociais.

Em consonância a esse crescimento, por exemplo, no ano de 2013 as matrículas na educação infantil totalizaram 9.527, número que chegou a 12.487 em 2018.

A aprovação da Constituição Federal de 1988 provavelmente influenciou a abertura do primeiro concurso público para o cargo de professor no ensino fundamental, que antes se dava por registro em carteira. O primeiro estatuto dos professores no município surgiu no ano de 1986, quando esses funcionários ainda faziam parte do regime CLT. No ano de 1992 esse estatuto foi revogado e sancionado o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei nº 59/1992. Nesta Lei o diretor escolar aparece no art. 317, como cargo comissionado.

Em 1998 é aprovado um novo Estatuto de Servidores Municipais, o qual traz atribuições e requisitos ao cargo de diretor e diretor auxiliar. Os cargos têm suas exigências definidas como consta no anexo IV/5 da Lei nº 16/1998: “Formação superior em Pedagogia ou em nível de graduação na área de educação e 2 anos de práticas em sala de aula”. A atribuições desses profissionais eram baseadas em ações técnico pedagógicas, não apresentando citações referentes a aplicação dos recursos financeiros, ação conjunta aos órgãos colegiados e nem abertura à participação da comunidade.

No ano de 2001, através da Lei nº 268 de 20 de dezembro, são acrescentadas novas atribuições ao cargo de diretor, dentre elas a “participação da elaboração do plano de aplicação dos recursos financeiros recebidos e geridos pela Escola, bem como a prestação de contas dos mesmos, em conjunto com a Associação de Pais e Mestres, Conselhos Escolar e outras”.

Essa inclusão é muito importante, pois vem em caráter descentralizador, deixando o uso dos recursos financeiros restrito a algo planejado em conjunto com a comunidade através dos órgãos colegiados.

Os requisitos ao cargo também sofreram alterações, se configurando da seguinte forma:

- a) ser servidor efetivo, estável, com 01 (um) ano de exercício na própria escola;
- b) ter formação superior em Pedagogia ou em nível de graduação na área de Educação, concluída ou a concluir até 2003;
- c) participar e obter aprovação no Processo de Escolha dos Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;
- d) ser designado, pelo Chefe do Poder Executivo, para exercer a função de Diretor Escolar. (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2001)

Dessa forma, o servidor que possuíisse interesse em se tornar diretor ou diretor auxiliar deveria participar de um processo seletivo para tal cargo, modo de escolha que não garante a efetividade na atuação do profissional, e se distancia de uma escolha democrática, desconsiderando a participação da população a qual a unidade atende.

No ano de 2004, através da Lei nº 632, de 29 de outubro, foi sancionado o documento que Disciplina a Organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de São José dos Pinhais. Neste princípio, traz em seu Capítulo II – Da Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, no Art. 24, sobre a autonomia administrativa das unidades de ensino, se referindo a forma de provimento como: “escolha dos dirigentes escolares através de processo de seleção”.

Dois anos após a publicação dessa lei, o município a substituiu pela Lei nº 940, de 2 de outubro de 2006, a qual trata da escolha através da eleição direta de diretores das unidades de ensino da Rede Municipal.

O documento faz referência a todas as unidades educacionais da rede, não especificando as etapas de ensino. Dessa forma ele indica que: para a gestão de cada unidade são eleitos dois representantes, Diretor e Diretor auxiliar. A eleição do diretor auxiliar está vinculada na candidatura do diretor.

O mandato tem duração de 3 anos a contar do primeiro dia útil do ano seguinte as eleições, sendo admitida apenas uma reeleição para o cargo. Os critérios estabelecidos para a candidatura seguem as seguintes exigências:

Art. 9º Somente poderão concorrer às eleições de Diretor e Diretor Auxiliar os servidores efetivos do Quadro Próprio do Magistério (Professor ou Pedagogo) em efetivo exercício na Unidade de Ensino, e desde que:

I – tenha formação superior na área de Educação;

II – seja detentor de Curso de Pós – Graduação em nível de Especialização em Educação Especial, para as Escolas Especiais, Centro de Atendimento Especialização na área visual, Centro Municipal Especializado de Avaliação e Estimulação Precoce e Centro Municipal de Educação Especial para Iniciação ao trabalho.

III - sendo detentores de 02 (dois) cargos efetivos estáveis em unidades de ensino distintas, o registro de candidatura ocorra em apenas uma delas;

IV- não tenham tido avaliação de desempenho abaixo da pontuação mínima exigida, nos 02 (dois) últimos anos imediatamente anteriores ao pedido de registro de candidatura.

V- possuam disponibilidade para o cumprimento de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, a fim de gerenciar a Unidade de Ensino em todo o seu funcionamento, para aqueles que concorrerem em Unidade de Ensino, cujo funcionamento seja de dois turnos;

VI- não tenham sido penalizados em processo disciplinar, no qual tenha sido assegurada ampla defesa, de acordo com o que estabelece a Legislação vigente, e se penalizados somente se a pena estiver prescrita;

VII- não tenham sido condenados criminalmente com sentença transitado em julgado;

VIII- estar em pleno gozo de seus direitos políticos.

Parágrafo único. Não se considera em efetivo exercício na Unidade de Ensino os servidores do Quadro Próprio do Magistério, que estejam desempenhando funções na sede da Secretária Municipal de Educação, nos Centros Municipais de Atendimento Especializados (CEMAES) ou em órgãos estranhos às Unidades de Ensino. (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2006)

Para registro dos candidatos são exigidos, além da documentação pessoal, o plano de ação da chapa, como conta na Lei:

Art. 10º O registro de candidatos a Diretor e Diretor Auxiliar processar-se-á por meio de composição e registro de chapa.

VI- plano de ação original da chapa abordando os aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros, bem como, sua articulação com o colegiado e comunidade, que deverá ser analisado e aprovado pela Comissão Organizadora”. (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Prefeitura municipal, 2006)

Dessa forma, o plano de ação é a proposta política daquela determinada chapa para administração da instituição educacional. Sendo um documento muito importante para a análise sobre as escolhas das candidaturas.

Em caso de falta de registro de candidatura na unidade de ensino, acontece a escolha por indicação, sendo feita pelo secretário Municipal de Educação.

Como consta na Lei nº 940/2006, outros motivos que podem levar à indicação dos diretores são em casos de inauguração de uma nova unidade (o primeiro mandato) e também quando existir a anulação da eleição. A anulação acontece quando houver o descumprimento da Lei ou não houver quórum mínimo de votantes cadastrados. Podendo ser anulável quando: viciada de falsidade, fraude ou coação; e quando for negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar e o fato constar em ata (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2006).

Para que a eleição seja válida é necessário que haja no mínimo 40% (quarenta por cento) mais um, dos eleitores. Neste item, salienta-se a necessidade da participação dos funcionários e comunidade na escolha da direção, ainda que em caso de quórum mínimo, os diretores podem ser eleitos com menos da metade dos votos entre os votantes cadastrados. Esses eleitores, como consta na Lei de São José dos Pinhais (2006), são formados por: servidores em efetivo exercício na Unidade de Ensino, alunos maiores de 16 anos, da EJA; pai ou mãe ou responsável pelo aluno menor de 16 anos.

A Lei nº 2.585, de 23 de junho de 2015, que institui o Plano Municipal de Educação de São José dos Pinhais para o decênio 2015-2025, em sua Meta 9, trata das condições para a efetivação da gestão democrática da educação “associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar”. Suas estratégias trazem uma concepção de gestão democrática pautada na participação da comunidade escolar, formação continuada em apoio à gestão e o fortalecimento dos órgãos colegiados.

O conceito de Gestão das Unidades educacionais do Município de São José dos Pinhais é definido nas Orientações Curriculares para a Educação Infantil de 2016, atrelado não somente as ações administrativas, mas também pedagógica, visando o bom funcionamento da instituição, pautada nas

legislações vigentes. O documento também faz referência à importância da democracia na gestão escolar e, embora reconheça o diálogo como mediador do processo político, coloca que a efetividade das ações depende do diretor, para a tomada de decisão, atrelado a sua relação de poder e disputa interna (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2016).

A partir da análise dos documentos de ambos os municípios, observa-se que o conceito de gestão democrática presente nessas documentações é fortemente baseado na democracia formal, quando o interesse da maioria se pressupõe sobre a minoria (SOUZA, 2009). E na realidade de Curitiba tal conceito apenas se apresenta na legislação do município, não se mostrando presente na prática cotidiana educacional.

4 DESCRIÇÃO METODOLOGICA E A REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FRENTE AO PROVIMENTO DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.

Este capítulo apresentará os resultados obtidos para responder à pergunta desta pesquisa, acerca de quais implicações a forma de provimento da direção tem sobre a realidade da instituição de ed. Infantil, a partir das respostas dos questionários aplicados, situando a metodologia utilizada no colhimento dessas informações.

O trabalho utilizou pesquisas bibliográficas em artigos, dissertações, tese, documentos oficiais e coleta de dados por meio de entrevistas, sendo uma pesquisa qualitativa.

Foram aplicados questionários em dois Centros Municipais de Educação Infantil de Curitiba e duas unidades de São Jose dos Pinhais. A escolha dos municípios se deu devido as suas diferentes formas de provimento para as instituições de educação infantil, ainda que ambas as localidades sejam vizinhas, facilitando o acesso desta pesquisadora.

Foram entregues nas unidades dois modelos de questionários, um com perguntas destinadas às diretoras e o outro focado nos demais funcionários e familiares da unidade, grupo esse que não teve nenhum questionário respondido, limitando os resultados da pesquisa somente aos funcionários das instituições.

Os questionários tinham como intenção fazer uma pequena sondagem do que esses funcionários das instituições (e famílias, inicialmente) pensam a respeito da gestão democrática e o que eles consideram uma gestão de qualidade. A pesquisa teve que restringir aos funcionários pelo motivo apresentado acima.

Os resultados foram comparados e analisados, levando em consideração os estudos apresentados nos capítulos anteriores, conceitos de gestão democrática e qualidade na educação infantil, tendo sua base teórica formada por autores que discutem sobre gestão democrática, além do uso de documentos

legislativos que embasam o trabalho desenvolvido na primeira etapa da educação básica no Brasil.

Os questionários aplicados tiveram como objetivo recolher informações dos sujeitos que compõem o âmbito escolar, a respeito do objeto de estudo. As fichas de questões foram deixadas nas unidades com as diretoras, para serem respondidas, uma vez que assim foi autorizado pelas respectivas secretarias de educação. Após o prazo de uma semana, esta pesquisadora voltou nas unidades para recolher os questionários, e em duas unidades os mesmos já haviam sido recolhidos pelas diretoras. Talvez em uma tentativa de ajuda por parte delas, mas tal contexto pode ter influenciado nas respostas das profissionais, trazendo limites aos resultados (uma vez que estariam, de alguma forma, avaliando a direção – ou sua forma de provimento – e, podem não ter se sentido à vontade em entregar o documento à diretora, ou terem respondido o que achavam que elas concordariam).

O questionário destinado à equipe de gestão foi composto por 23 questões, sendo 16 objetivas e 7 abertas. Já o questionário para os demais funcionários e familiares contou com 12 perguntas, sendo 10 com respostas objetivas e 2 perguntas com respostas abertas. A quantidade de questionários devolvidos foi de 21%, das duas redes, totalizando 26 questionários analisados.

O número, apesar de baixo, possibilitou a análise do provimento. Considerando esse recorte foi possível traçar um perfil de formação desse profissional da educação infantil e o que eles consideram como melhor forma de escolha de diretores, também trazendo pontos importantes de como ocorre a gestão nas unidades, considerando a participação dos funcionários e comunidade na tomada de decisão da unidade através do conselho escolar e APPF.

Os dados possibilitaram, dentro desse recorte, traçar um breve perfil dos sujeitos que compõem o quadro profissional dos Centros Municipais de Educação Infantil nos municípios de São Jose dos Pinhais e Curitiba. As perguntas tiveram como base os questionários da dissertação de mestrado da Daniele D'Aguiar Cruzetta (2018) e da Renata Riva Finatti (2016). Não foi

realizado previamente um teste para os questionários, sendo entregues diretamente nas unidades foco deste estudo.

As unidades escolhidas para aplicação das perguntas foram por proximidade de acesso a pesquisadora. Em cada unidade foram deixados um total de 30 questionários, número aproximado de funcionários das unidades.

O percentual de questionários devolvidos em ambas as redes foi bem próximo, uma hipótese para o baixo recebimento do material foi a aplicação ser feita por alguém da unidade e não a pesquisadora.

4.1 PERFIL DAS UNIDADES EM QUE OS QUESTIONÁRIOS FORAM APLICADOS

Nesta sessão será apresentado uma breve contextualização das unidades de aplicação dos questionários. Este perfil é importante porque ajuda na contextualização e justifica as respostas obtidas com os questionários.

4.1.1 Rede de Curitiba

Os dados analisados foram retirados do portal online das unidades e através das respostas dos questionários.

Unidade A - O CMEI foi inaugurado no ano de 1988, com capacidade para atender 126 crianças. A unidade oferece vagas para a educação infantil na modalidade creche de três meses até três anos e pré-escola, a partir dos quatro anos. O período de funcionamento é das 7h às 18h.

Este CMEI devolveu respondidos um total de 7 questionários, incluindo a diretora. A partir destas respostas, chegou-se aos seguintes dados: todas as professoras são do sexo feminino. A faixa etária variou entre 25 e 58 anos, sendo a diretora umas das pessoas mais novas de idade dos funcionários. Todas as professoras possuíam ensino superior completo, sendo a maioria formação em

Pedagogia, apenas duas pessoas possuíam o curso Normal Superior. Todos os respondentes fazem parte do grupo de professoras da educação infantil.

A partir das respostas da diretora se traçou o seguinte perfil: A gestora possui 25 anos de idade, tem ensino superior em pedagogia, formada há menos de 2 anos em uma instituição privada na modalidade semipresencial. A mesma não possui pós-graduação. O tempo de trabalho na rede de Curitiba e na educação é de 6 anos, ela está ocupando o cargo de gestão há apenas 3 meses. Ela está em sua primeira experiência como gestora, e informou ter aceito o convite ao cargo para ter novas vivências de trabalho. Também caracterizou sua atuação atrelada a “assumir o papel de gestão democrática, ouvindo as necessidades dos profissionais e comunidade, ponderando em suas ações para propiciar às crianças uma educação de qualidade, e atividades que sejam realmente significativas”.

Unidade B – O CMEI foi inaugurado no ano de 2004, com capacidade para atender 232 crianças em 8 salas.

A unidade teve uma devolutiva de 6 questionários incluindo a diretora. Após compilar as respostas, chegou-se no seguinte perfil de equipe: Todas as respondentes se declararam do sexo feminino, com uma faixa etária de 35 a 51 anos, sendo a diretora a funcionária mais nova de idade de acordo com o número de respondentes. No item escolaridade, apenas 1 professora não possui graduação, as outras 5 são graduadas em Pedagogia. E todas respondentes fazem parte do grupo de professoras do CMEI.

A partir das respostas da diretora se traçou o seguinte perfil: A gestora possui 35 anos de idade, tem ensino superior em Pedagogia, Letras e Teologia, sendo sua formação obtida de 2 a 7 anos. Respondeu ter realizado suas graduações em instituição pública, possui Especialização e Mestrado em educação. O tempo de trabalho na rede de Curitiba e na educação é de 16 anos, sendo há 1 ano como diretora da unidade. Ela está em sua primeira experiência como gestora, e informou ter aceito o convite ao cargo em razão do desafio e experiência profissional. Relatou que a atuação do diretor nos CMEIs deve ser “conforme os princípios estabelecidos pela LDB e demais legislação”.

4.1.2 Rede de São José dos Pinhais

Unidade C – O CMEI tem capacidade para atender 142 crianças, sendo 60 na Creche, sendo algumas permanecendo no período integral (7h às 18h) ou meio período (manhã das 7h30 às 11h30 ou tarde das 13h00 às 17h00). E 82 crianças no Pré, sendo o atendimento somente meio período. A unidade conta com 21 funcionários.

A unidade devolveu respondidos um total de 10 questionários (percentual mais alto que das unidades A e B). Todas as profissionais se declararam do sexo feminino, apresentando uma faixa etária entre 23 e 54 anos. Com relação ao nível de escolaridade, 6 profissionais declararam ter o ensino superior em Pedagogia, 1 profissional ter formação em nível médio e 2 em nível médio – magistério. Responderam o questionário 1 funcionária da equipe terceirizada, 1 servente concursada, 3 professoras de educação infantil, 3 educadoras sociais e 1 pedagoga. A diretora da unidade não participou do questionário, sendo assim não foi possível traçar um perfil da mesma.

Unidade D - O CMEI tem capacidade para atender 168 crianças, sendo 48 na Creche, algumas permanecendo no período integral (7h às 18h), outras meio período (manhã das 7h30 às 11h30 ou tarde das 13h00 às 17h00). As demais crianças, 120, estão no Pré, sendo o atendimento somente meio período. A unidade conta com 23 funcionários.

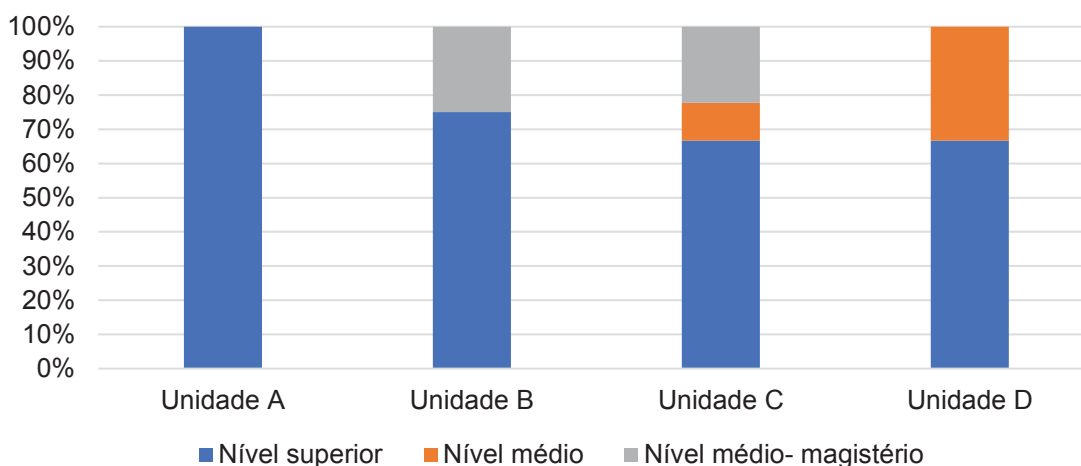
A quantidade de questionários respondidos nessa unidade foi baixa, sendo apenas 3, incluindo a diretora. A idade das respondentes era de 38, 39 e 53 anos, todas do sexo feminino. A escolaridade apresentada por elas foram: duas com ensino superior em pedagogia e uma com o ensino médio. Com relação ao grupo de trabalho, uma era servente feminino, uma pedagoga e a diretora (a unidade possui diretora e vice-diretora).

De acordo com as respostas da diretora, traçou-se o seguinte perfil: A gestora possui 53 anos de idade, tem ensino superior em Pedagogia. Respondeu ter realizado sua formação em uma instituição privada na forma presencial há mais de 20 anos e possui Especialização em Psicopedagogia. O

tempo de trabalho na rede de São José dos Pinhais e na educação é de 35 anos. Antes de ser diretora ela trabalhou como professora por 22 anos, há 13 anos atua como diretora, sendo há 5 anos da unidade atual. Ela relatou ser diretora porque gosta, atribuindo ao cargo: responsabilidade, sensibilidade e transparência.

O gráfico abaixo representa o nível de escolaridade das funcionárias respondentes nas diferentes unidades, informação importante para considerar na análise das respostas a respeito da gestão. Entende-se, por exemplo, que disciplinas tratando de gestão educacional faça parte da ementa dos cursos de pedagogia e magistério e, assim, funcionárias com essa formação tem um conhecimento diferenciado daquelas com outras formações. No Paraná as Orientações Curriculares para o curso de formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal (magistério), traz em seu conteúdo o reconhecimento da importância da gestão nas instituições frente ao cuidar e o educar na educação infantil (PARANÁ, 2006). Tema que ganhou maior detalhamento nas Orientações Curriculares do curso, publicado no ano de 2014. Certificando a importância da formação do docente da educação infantil sobre gestão como parte do desenvolvimento do trabalho pedagógico no Estado, conceito esse que subsidiou a pergunta sobre formação dessas professoras. Embora não tenha sido questionado o estado da formação das mesmas.

GRÁFICO 1 - ESCOLARIDADE DOS RESPONDENTES POR UNIDADE



FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria

Através desses dados, destaca-se que a maioria dos respondentes possui formação em nível superior, embora a exigência mínima da escolaridade ao cargo de professora ou educadora em ambas as redes seja de nível médio, considerando que a participação de outras funcionárias foi pequena.

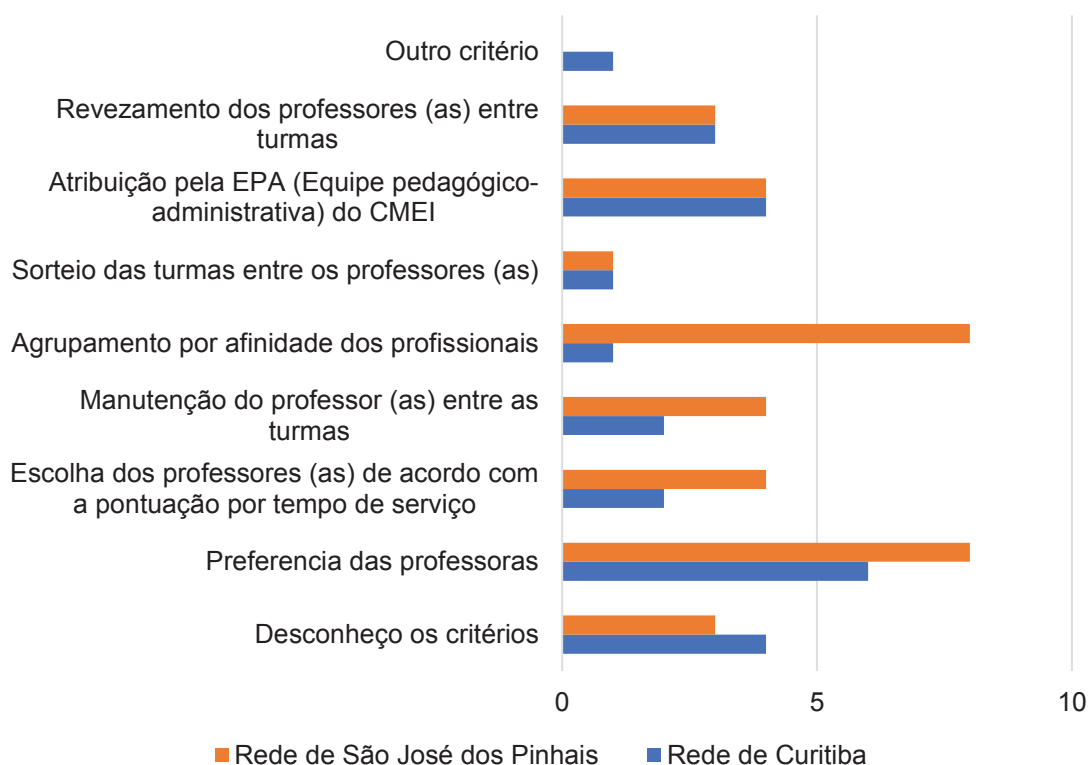
Esse é um dado muito importante, diante do histórico da Educação Infantil na sociedade e o papel das instituições educacionais na vida dessas crianças, onde o profissional da educação infantil deixa de ser mero cuidador, passa a atrelar ao seu trabalho o educar e novas dimensões passam a fazer parte do planejamento pedagógico docente, se fazendo necessária uma formação em nível superior, assim como as outras etapas da educação básica.

Essa valorização educacional ganha espaço não somente nas discussões pedagógicas diretas à criança, mas também em funções administrativas que criam um cenário ideal para o desenvolvimento e aprendizagem infantil. Mendonça (2000) aponta que em combate ao tecnicismo, a administração escolar passou também a ser atrelada às atividades pedagógicas, trazendo a participação coletiva como elemento da estrutura organizacional do ensino. Em complemento à ideia, Cruzetta (2018, p. 18) traz que “A diretora, enquanto gestora, é a coordenadora da gestão escolar, sendo um elemento fundamental para que as atividades fim se efetivem”. Assim, fica evidente que o desenvolvimento pedagógico está ligado também à administração escolar, estabelecendo uma ponte entre formação docente e gestão educacional

4.2 RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO A RESPEITO DA GESTÃO DA UNIDADE

Os próximos gráficos tiveram os dados das unidades da mesma rede contabilizados juntos, divididos conforme o tipo de provimento que elas apresentam.

GRÁFICO 2 - COMPARATIVO DE RESPOSTAS COM BASE NOS CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE TURMAS AOS PROFESSORES DAS REDES



FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria

Neste item as professoras podiam assinalar mais de um critério. Considerando os dados do gráfico acima, observa-se que em São José dos Pinhais as atribuições de turma por afinidade e preferência das profissionais são maiores, mostrando que talvez o fato da diretora depender do voto dessas profissionais, façam com que ela se preocupe mais em atender as preferências do grupo, ou as respostas tenham sido condicionadas aquilo que seria ideal para a diretora fazer, ainda que o fato dos questionários terem sido em duas unidades recolhidos pelas diretoras possa ter influenciado na resposta das profissionais.

O item *desconheço os critérios* chama bastante a atenção de modo que na Rede de Curitiba todos que o assinalaram são professoras e na Rede de São José dos Pinhais apenas uma faz parte do grupo de docente. Isso pode mostrar que: existe uma maior transparência com as professoras nessa atribuição na gestão eleita ou as professoras responderam em favor da gestão pelo fato das gestoras terem recolhido os questionários. Paro (2003) coloca que o esse processo de participação para com as atividades da escola pública conduz a

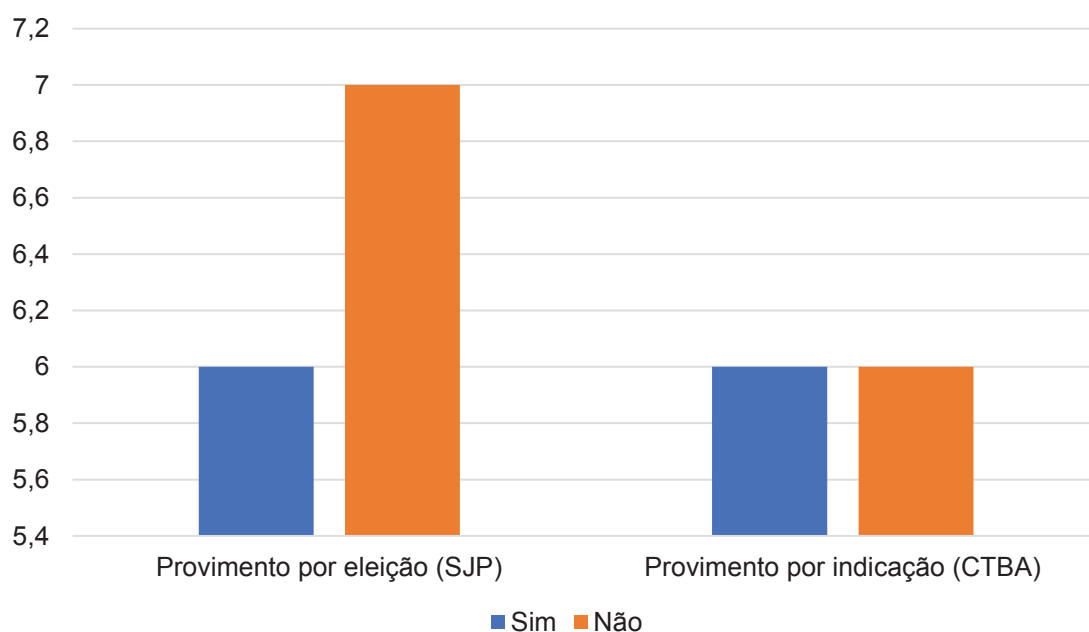
instituição à autonomia escolar. “Assim como, em âmbito individual, a autonomia tem a ver com elevação das pessoas à condição de sujeitos, em âmbito institucional, falar em autonomia da escola é considerá-la como sujeito social” (PARO, 2003, p. 40). A qual incentiva a participação de todos na tomada de decisão escolar.

Dentro desse grupo que desconhece esses critérios se encontra a resposta da diretora da Unidade A. Uma hipótese para esta resposta é a mesma estar há pouco tempo na gestão, não tendo vivenciado a experiência de atribuição de turmas às professoras no início do ano.

A diretora da unidade D (município de São José dos Pinhais) assinalou a pergunta referente aos critérios estabelecidos para esta atribuição de turma, indicando fazer de acordo com a preferência das professoras e agrupamento por afinidade dos profissionais. Já a gestora da unidade B indicou fazer essa distribuição de acordo com a normativa enviada pela SME de Curitiba, se limitando a essas informações, não registrando qual seria essa normativa.

Outra pergunta se referia ao conhecimento das professoras sobre outras formas de provimento diferente da que ela trabalha.

GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE RESPONDENTES QUE CONHECEM OUTRAS FORMAS DE PROVIMENTO DIFERENTES DA INSTITUIÇÃO DE TRABALHO (números absolutos)

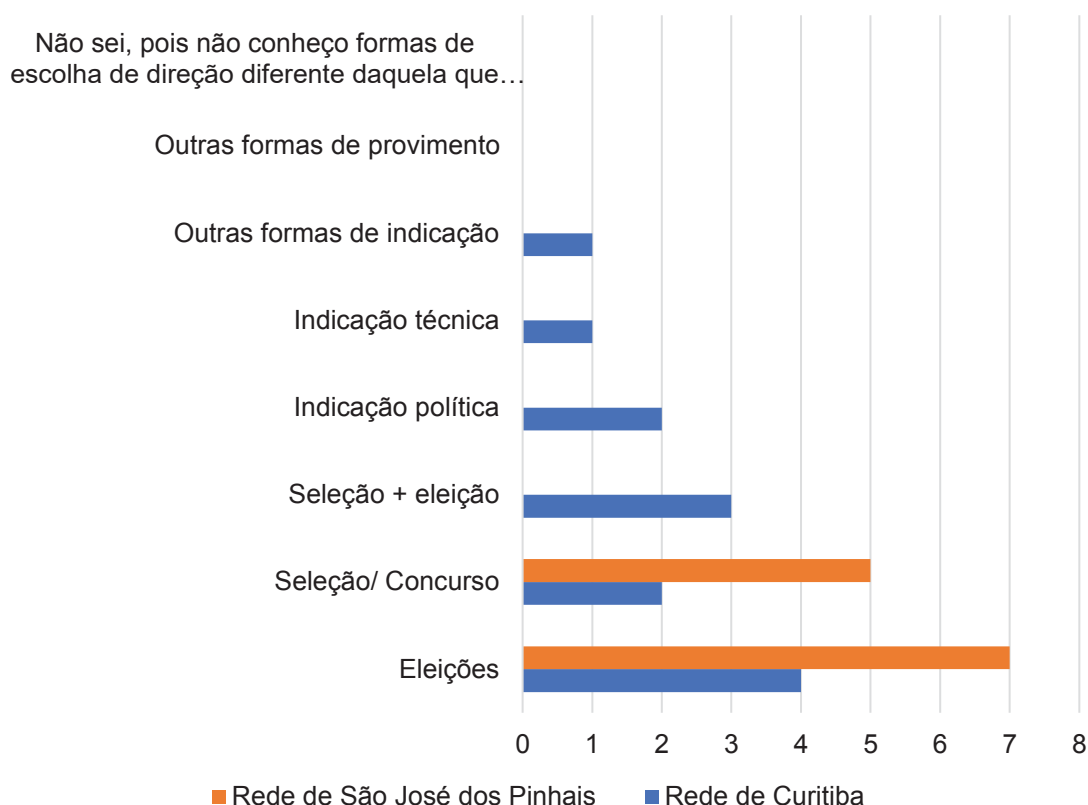


FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria

O dado desse gráfico nos mostra que, embora a maioria das professoras das unidades possuam graduação em nível superior, a formação inicial e continuada acerca de formas de provimento de gestão foi restrita, considerando que, se somado ambas Redes, a quantidade de respondente que desconhece outras formas de provimento é maior, ainda que em Curitiba o grupo se divida. Nesse ponto é importante destacar a colocação de Paro (2001) a respeito da necessidade de repensar a formação desse profissional, a qual venha possibilitar uma maior proximidade com a realidade das escolas, ainda que esse profissional precise ter também um conhecimento sobre outras realidades, a fim de poder buscar melhorias para a sua.

Outra observação importante a respeito desse gráfico é de que as respostas não foram condizentes com as da próxima pergunta, em que as profissionais assinalaram o provimento que elas consideravam melhor, demonstrando incongruência nas respostas. Uma hipótese para esse resultado é a resposta estar atrelada ao conhecimento de outras formas de provimento em instituições e não conhecimento teórico.

GRÁFICO 4 – MELHOR FORMA DE PROVIMENTO PARA A FUNÇÃO DA DIREÇÃO



FONTE: Banco de dados da pesquisa, autoria própria

Dentro dessas respostas o que chama a atenção é o fato dessa preferência ficar bastante dividida na Rede de Curitiba, ainda que o universo de respostas analisado tenha sido pequeno, o que surpreende como resultado, ainda que nas formas de provimento através da indicação e concurso não há participação da comunidade na escolha daquele que vai mediar o trabalho na instituição. Uma das hipóteses atribuída a esse resultado foi do pouco conhecimento sobre essas formas de escolha, evidenciado no gráfico 4.

O que fica evidente é que as respondentes de São José dos Pinhais, votaram em sua maioria na forma de provimento a qual a instituição está baseada. O que não ocorre em Curitiba, que embora no gráfico a maioria tenha optado pela eleição como melhor forma de provimento, se somado outras formas provenientes de seleção sem participação da comunidade (indicação e concurso) se obtém uma quantidade maior, o que traz alguns questionamentos que impulsionaram essa resposta.

O autor Vitor Paro (2003) faz alguns apontamentos a respeito dos motivos que levam as pessoas a não verem o provimento de eleição como uma boa forma de seleção à gestão. Um deles está relacionado ao fato de se acreditar que sejam eleitos diretores manipuladores, conservadores e demagogos, que se fazem de bonzinhos e carismáticos para chegar ao poder. Ações essas, presentes em nossa sociedade e que fazem parte da democracia. Outra resistência à eleição apontada por suas pesquisas está atrelada a geração de conflitos dentro da escola, dando poder aos estudantes e os mesmos acabarem mandando na instituição. O que na verdade se traduz no medo da transferência de poder a outro grupo escolar.

Também se traduz a escolha de outras formas de provimento, ligada a uma preocupação voltada ao preparo técnico da função. Mas, como aponta Paro (2003), essa legitimidade não pode ser medida por concurso, somente pela atuação cotidiana.

Como apresentado nesta pesquisa, não existe nos municípios uma única maneira para a escolha dos dirigentes escolares, mas seguindo os documentos mandatórios e autores pesquisados, no sentido da democracia, deve-se considerar a melhor forma de provimento aquela que envolve a participação das famílias e professores na tomada de decisão das unidades sem amarras políticas ou benefícios privados, o que direciona a eleição, como melhor forma de provimento. Considerando que essa escolha também possibilita trocar de gestor, caso ocorra uma gestão ruim, fato que não ocorre nas outras formas. No caso do concurso essa substituição se dá somente a partir de uma exoneração por vontade própria do servidor ou pela aposentadoria. E, no caso da indicação, somente em caso de insatisfação da mantenedora, que pode ou não considerar as necessidades da comunidade, ou se não for mais a vontade do diretor em ocupar o cargo. Isso faz com que em todos os casos, exceto eleição, essa tomada de decisão não envolva a comunidade.

No questionário destinado às funcionárias, o desconhecimento de outras formas de provimento dos profissionais em Curitiba pode ter feito com que essa questão proveniente da gestão democrática tenha sido minimizada, e desconsiderado sua importância dentro da busca por uma educação de qualidade. Ainda que formas provenientes de indicação foram bastantes

marcadas como melhor provimento, fato que traz um afastamento da participação da comunidade na escolha de seus representantes, ou até mesmo tiveram a opção como resposta, em agrado à diretora.

Apenas duas professoras, das unidades de Curitiba, assinalaram participar de algum órgão colegiado, sendo uma do conselho do CMEI e outra da APPF, e ambas respostas informaram que a unidade havia reunido o conselho de 4 a 7 vezes. Número que pode ser considerado baixo no período de um ano, diante das demandas que uma instituição educacional pode ter, ainda que, segundo o Manual do Conselho dos Centros Municipais de Educação Infantil (2014), há indicação de que as reuniões ordinárias sejam realizadas mensalmente, além das reuniões extraordinárias que devem ocorrer sempre que necessário.

As reuniões do Conselho na Rede de São José, na Unidade C, ocorreram somente de 1 a 3 vezes, segundo duas profissionais membros do órgão colegiado. Resposta que se confirma na pergunta 2.7, do questionário destinado às comunidades, em que quatro professoras responderam como sugestão de melhoria ao processo de gestão do CMEI, mais participação na tomada de decisão da unidade, além de sugerirem maior transparência com relação à aplicação financeira da instituição. Outro item apontado em duas respostas foi relacionado à comunicação desses profissionais com a gestão, em que ambas profissionais sugeriram uma igualdade de tratamento entre todos os profissionais. Sinalizando talvez um envolvimento pessoal dessa gestora, beneficiando algumas funcionárias. Dessa forma, uma das respondentes, até mesmo indica como melhor forma de provimento o concurso, acreditando que a escolha se dará entre pessoas mais capacitadas. Nesta unidade, a diretora não teve acesso a essas respostas, sendo os questionários recolhidos por esta pesquisadora.

Dentro dessa realidade, observa-se uma gestão autoritária, que concentra a tomada de decisão na diretora, ainda que as reuniões do conselho tenham ocorrido minimamente. E a sinalização de dúvidas por parte das professoras, com relação a aplicação financeira da unidade, também reforça essa hipótese de gestão mais “fechada”. Um ponto bastante questionável nessa realidade é o fato de: se essa insatisfação se estender às demais profissionais, porque essa

diretora ainda se mantém da gestão? Uma hipótese para essa resposta está pautada num esforço de agrado por parte da diretora aos familiares das crianças atendidas, garantindo os votos necessários para se manter no cargo, ou até mesmo falta de chapa concorrente, mantendo a mesma pessoa no poder.

As reuniões do conselho na unidade D ocorreram mais de 10 vezes. Dessa forma, observa-se que tal cenário consultivo não está atrelado à forma de provimento da gestão.

A pergunta 2.3 do questionário dos gestores (APÊNDICE 1), a qual fazia referência a participação dos segmentos nas unidades, teve respostas diferentes nas 3 unidades em que as diretoras responderam o questionário.

Na Unidade A, a gestora respondeu que o segmento dos professores, pedagogo e família, foram os que tiveram maior participação nas reuniões do conselho, e os outros segmentos: administrativo, unidade de saúde e os professores de docência I, não tiveram nenhuma participação nas reuniões. Nessa realidade, observa-se a participação da família nessas reuniões, resposta que não aponta se a mesma é efetiva, ainda que a família pode participar, e somente concordar com tudo que é colocado pela gestora ou professoras da unidade sem expor sua real opinião ou interesses.

Dessa forma, embora as reuniões tenham ocorrido em número considerado baixo, contou com a participação da comunidade e funcionárias nas mesmas.

Nesta unidade os principais assuntos tratados nessas reuniões foram assinalados considerando a seguinte ordem de prioridade: Planejamento de aplicação de recursos financeiros e planejamento de ações com as famílias (como assuntos de maior periodicidade), seguidos por planejamento de ações pedagógicas; alteração de calendário e como assunto que não foi discutido ficou a priorização de vagas. Uma hipótese para a priorização de vagas não ter sido discutida nas reuniões com essa diretora, se dá ao fato de a diretora ter assumido a gestão após o segundo semestre, e a priorização de vagas em sua maioria ocorrerem geralmente no início do ano.

Na Unidade B a diretora assinalou que o segmento da unidade de saúde foi o que mais participou das reuniões do conselho, em ordem de menor participação se seguiu o segmento família, pedagoga, e com menor participação o segmento professores de educação infantil. Uma hipótese para essa resposta é o fato da gestora ter respondido invertendo a ordem de participação dos segmentos, colocando o que mais participou com o número que representava menor participação. Ainda que, conforme a experiência dessa pesquisadora, a unidade de saúde costuma ter uma mínima participação nessas reuniões, que segundo os profissionais desse segmento, possuem uma demanda grande em suas funções, dificultando a saída para as reuniões nos CMEIS. Mas se a resposta dessa diretora foi de acordo com sua realidade, a unidade apresenta uma maior participação no conselho com profissionais que não fazem parte do cotidiano educacional do local, deixando a tomada de decisão nas mãos de pessoas de outro segmento público e embora sua participação seja importante, a mesma desconhece as particularidades daquela comunidade frente às suas necessidades educacionais.

Nesta segunda instituição os principais assuntos assinalados foram: Planejamento de aplicação de recursos financeiros, planejamento de ações com as famílias e priorização de vagas. Neste questionário a gestora não assinalou as opções atribuindo ordem de prioridade, a marcação foi feita considerando somente os assuntos discutidos nas reuniões.

A aplicação dos recursos financeiros e as ações com as famílias, são assuntos de muita importância dentro da gestão democrática, dessa forma, as unidades demonstraram se preocupar com essa participação da comunidade, descentralizando a tomada de decisões do diretor, indicando que todos podem opinar e decidir sobre as ações da unidade, em benefício da criança. Assim, mesmo com o provimento por indicação as gestoras se preocuparam em atender questões pertinentes à gestão democrática.

Unidade D, esse CMEI faz parte da rede de São José dos Pinhais, e apontou que os segmentos com maior participação eram os de professores e pedagogo, o da família foi assinalado com baixa participação. Dessa forma, embora seu provimento conte com a participação da comunidade, através da eleição, a mesma possui uma participação pequena nas tomadas de decisões

do conselho. Participação essa que a pesquisa não se propôs inicialmente a investigar - ainda que os motivos para esta baixa atuação possam ser diversos, podendo ser um indicativo de novas pesquisas.

Nesta unidade todos os assuntos foram assinalados no questionário, a gestora também não considerou uma ordem do principal assunto para o mais esporádico. Dessa forma, essa instituição foi a única que indicou tratar nas pautas das reuniões do conselho de todos os assuntos indicados na pesquisa, sendo: Planejamento de aplicação de recursos financeiros; Planejamento de ações pedagógicas; Planejamento de ações com as famílias; Priorização de vagas e Alteração de calendário.

Com isso, observa-se que independente da forma de provimento desses gestores, as pautas das reuniões do conselho foram seguidas considerando uma tomada de decisão coletiva nos Centros de Educação Infantil.

Considerando a pergunta 2.6 do questionário dos gestores, a qual perguntava sobre a atuação dos mesmos nos CMEIs, foram obtidas as seguintes respostas:

Para a gestora da Unidade A sua atuação no CMEI deve estar ligada a: “Assumir o papel de Gestão Democrática, ouvindo as necessidades dos profissionais e comunidade, ponderando em suas ações para propiciar às crianças uma educação de qualidade, e atitudes que sejam realmente significativas”. A partir dessa resposta, chega-se a duas hipóteses: uma que a servidora reconhece e aplica a participação de todos na tomada de decisão, almejando uma educação de qualidade para a criança pequena, ou apenas reproduz o discurso que envolve questões democráticas no ambiente educacional, podendo ser o mesmo dissociado de sua realidade.

Na Unidade B a diretora respondeu que a atuação do seu cargo deveria ocorrer: “Conforme os princípios estabelecidos pela LDB e demais legislação”. Ainda que na LDB, o documento não faça menção a atuação do diretor nas instituições educacionais, o mesmo indica que os sistemas de ensino devem seguir normas e princípios de gestão democrática, considerando a participação dos profissionais na criação do projeto político pedagógico e da comunidade em

conselhos escolares, dessa forma a atuação dessa gestora seria em benefício a participação desses envolvidos no processo educacional, ao menos no discurso.

Como já colocado nesta pesquisa, a diretora da Unidade C, não respondeu o questionário destinado a ela.

A diretora da Unidade D, respondeu que essa atuação deveria se dar através da: “Responsabilidade, sensibilidade e transparência”. Indicando de forma sucinta, sem considerar um olhar técnico sobre o cargo, que pode estar relacionado a sua forma de provimento ser por eleição, o que não exige um conhecimento teórico sobre gestão.

Dentro dessas respostas, observou-se, das diretoras de Curitiba, uma preocupação em realizar na unidade uma gestão democrática (ou pelo menos afirma-la nas respostas), envolvendo a participação da comunidade, de acordo com os documentos de legislação. Ainda que seu provimento seja considerado por autores utilizados na pesquisa, como não sendo o mais adequado dentro do viés democrático, esse fator, considerando as respostas dos questionários, não interferiu na abertura de participação do conselho escolar.

Dessa forma, ao retomar um dos objetivos iniciais, de refletir se o fato de um diretor ser eleito difere de uma gestão por indicação, a partir desse recorte, observa-se que em três das unidades, há abertura sobre a tomada de decisão através do conselho, mas as participações dos segmentos variam, e sua efetividade, devido a metodologia utilizada, se limitou a ser analisada. Em uma das unidades com provimento por eleição, as reuniões do conselho ocorreram em quantidade mínima, além das respostas indicarem falta de transparência na tomada de decisão envolvendo questões financeiras, indo contra os ideais de uma gestão democrática.

Dessa forma, observa-se que a gestão democrática nos locais investigados seguiu diferentes caminhos, mesmo nas unidades da mesma Rede. Além disso, o cumprimento do Plano Municipal de educação de ambos municípios em suas especificidades das metas sobre gestão democrática se torna necessário, ainda que São José dos Pinhais visa como estratégia de meta a efetivação dos órgãos colegiados e Curitiba a instituição da eleição como provimento dos CMEIs. A partir disso a resposta para o objetivo inicial é de que

as gestões variam de uma unidade para outra, mas não em detrimento de seu provimento. Tal fato não minimiza a necessidade da implantação de uma gestão eleita nas unidades de Curitiba, mas evidencia a imprescindibilidade de ambas as Redes seguirem seus Planos Municipais de Educação, aprimorando a gestão nesta primeira etapa da educação, se traduzindo, talvez, em qualidade na oferta do ensino, como indicam outros estudos analisados nos capítulos anteriores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa esteve atrelada ao incomodo pessoal da pesquisadora acerca do fato do município de Curitiba ter como provimento no ensino fundamental a eleição e na educação infantil ainda a indicação. Partindo disso, surgiram questionamentos sobre essas formas de provimento e quais implicações elas projetam na gestão, considerando um aporte teórico, qual dessas formas seria a melhor, para a busca de uma educação infantil de qualidade? Seguindo o Plano Municipal da Educação dos locais e suas especificidades para essa etapa.

Segundo Finatti (2016), Curitiba tem desde 1983 a eleição como forma de escolha nas escolas de ensino fundamental, fato que antecede até mesmo a redemocratização em 1988. Desde então, para esta etapa da educação básica, a rede municipal vem promovendo mudanças no processo de eleição, visando melhorias para uma efetiva gestão democrática, fato que não se estende até os CMEIS, e o mesmo ainda segue amarrado à indicação política.

O Plano Municipal de Educação de Curitiba (2015) estabeleceu o prazo de dois anos para a realização de eleições para diretores para a educação infantil, o que depois de quase quatro anos ainda não se efetivou, e nem se estabeleceu critérios para isso. Com a sinalização da Superintendente da educação de uma seleção por prova e entrevistas, conclui-se que tal efetivação da meta 22 do PME garantindo a realização de eleições diretas, não ocorrerá tão cedo.

A realidade do município de São José dos Pinhais é bem diferente, antes mesmo do Plano Nacional da Educação (2014), o local já havia implantado as eleições diretas para diretor e diretor auxiliar nas unidades de ensino da rede, através da Lei nº 940 de 2006, incluindo as unidades de educação infantil, avanço muito significativo para sua educação.

O histórico do surgimento da educação infantil em âmbito nacional para as famílias pobres, provendo de uma necessidade assistencialista, vinculada à saída da mulher para o mercado de trabalho, foi motivo de muita luta em busca de valorização e reconhecimento de ambos, luta essa que ainda se mostra presente nos dias atuais.

A criança, com o passar dos anos, foi ganhando voz como cidadã de direito na sociedade juntamente com a mulher, que assumiu novos papéis ganhando sua independência. Embora documentos mandatórios do país estabeleçam a educação infantil como primeira etapa da educação básica, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento da criança, o fato da gestão ser indicada em Curitiba, contraria tal questão, trazendo como hipótese um desmerecimento a participação da comunidade na escolha desses diretores, que se limita a assistência e não a qualidade desse atendimento. Ainda que o próprio Plano Municipal da Educação do município traga como meta a instituição de eleições direta para o cargo nesta etapa, visando condições de qualidade melhores, o mesmo não ocorre.

A indicação para o cargo de gestora pode também ser uma forma de poder sobre essas mulheres, as quais chegam à gestão por vontade de uma autoridade política e não apenas delas e da comunidade. A escolha dessas diretoras também pode estar atrelada a um perfil de conduta considerado tradicional. Hipótese essa que poderia ser investigada por outro objeto de pesquisa.

Embora tenham surgido muitos estudos voltados à infância e aprendizagem, reconhecendo a educação infantil como uma etapa importante para o desenvolvimento da criança, infelizmente a mesma ainda carrega vestígios de uma atuação assistencialista, voltada ao cuidado. Além de um acesso que não é garantido a todos no país, em que no presente ano de 2019 apenas 30.4% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas na educação infantil, segundo dados do site observatório do PNE. Dessa forma o poder público se esforça para ampliar o acesso à educação infantil, que é muito marcado ainda pela necessidade dos pais em trabalhar fora não considerando as condições de qualidade de ensino na permanência dessa criança nesses locais. Manter os pais aquém do que ocorre dentro das unidades, é uma maneira de acomodar o poder público, os pais não compartilhando da gestão dessas unidades, não cobram melhores condições de atendimento, e o município, ente federado responsável por essa etapa, se abstém da manutenção e condições ideais dessas instituições.

A aplicação do questionário nas unidades evidenciou o fato das professoras de educação infantil e educadoras terem buscado uma maior formação profissional, o que gera questionamentos a respeito do plano de carreira das mesmas. Ainda que possuam a mesma formação acadêmica que uma professora do ensino fundamental, possuem plano de carreira e condições de trabalho diferente. A questão docente em específico não é o foco do trabalho, mas seria um bom objeto de nova pesquisa, estabelecendo um perfil desse novo profissional docente e seu reconhecimento frente a importância da educação infantil para criança como sujeito de direitos e diante da gestão democrática. Os resultados dos questionários referentes à gestão dentro das instituições de educação infantil evidenciaram em Curitiba um descontentamento com a atual forma de provimento da gestão, mas não apontaram uma alternativa concreta para a situação, tendo em vista que as respostas foram diversas em relação a uma diferente forma de provimento desses diretores. O que evidencia que esses profissionais não veem, necessariamente, a eleição como alternativa à gestão democrática.

A eleição por si só não é garantia de democracia, mas certamente tem fortes influências sobre como vai ocorrer essa gestão. É imprescindível um maior esclarecimento sobre o assunto, não limitando a gestão democrática a escolha de seus representantes e sim estendendo a mesma a compreensão de uma participação efetiva da comunidade escolar, desconstruindo a visão autoritária e centralizada do poder atribuída ao diretor. É essencial o reconhecimento das instituições públicas como um bem do povo e não um favor do Estado, fazendo com que a tomada de decisão seja feita a priori em benefício público e não ao privado.

REFERÊNCIAS

ARBIGAUS, Joélma de Souza. *Gestão da Educação Infantil: Uma análise da atuação dos conselhos dos CMEIs de Curitiba-Pr no processo de priorização de vagas das crianças de 0 a 3 anos*. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2018

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 6º Ed. 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2019

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 13 de maio de 2019.

CRUZETTA, Danieli D'Aguiar. **A influência do trabalho da diretora de CMEI na qualidade do atendimento na educação infantil na rede municipal de Curitiba – pr**. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2018.

CURITIBA. **Manual do Conselho** – Centro Municipal de Educação Infantil. Secretária Municipal de Educação. Curitiba, PR, 2014.

_____. **Lei Municipal nº 14681 de 24 de junho de 2015**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr>> Acesso em: 19 de abril de 2019.

FINATTI, Renata Riva. **Eleições como forma de provimento da direção escolar na rede municipal de ensino de Curitiba**. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2016.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do Município de São José dos Pinhais/PR. Tese (Doutorado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2015.

MANTAGUTE, Elisângela largas luzviak. **Educar a infância estudo sobre as primeiras creches públicas da rede municipal de educação de Curitiba (1977-1986)**. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2009.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A regra e o jogo: **Democracia e Patrimonialismo na educação brasileira**. Tese (doutorado) – Setor de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. São Paulo: Editora Xamá. 2º Ed. 2003.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Cortez. 3º Ed. 2001.

_____ Intervenção inicial na Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, sobre o processo de escolha de Diretores de Escola no Brasil, realizada em 14/08/2013.

_____ - Intervenção inicial na Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, sobre o processo de escolha de Diretores de Escola no Brasil, realizada em 14/08/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gSHPLSOSiXQ>> Acesso em: 01 de maio de 2019

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. **Lei Municipal nº 940 de 02 de outubro de 2006**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-ordinaria/2006/94/940/lei-ordinaria-n-940-2006-dispoe-sobre-a-escolha-mediante-eleicao-direta-de-diretores-e-diretores-auxiliares-das-unidades-de-ensino-da-rede-municipal-2006-10-02-versao-original>> Acesso em: 28 de dez. 2018.

_____. **Lei 31, de 23 de dezembro de 1986.** Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/servicos/csci/1530.pdf>> Acesso em: 13 de maio 2019.

_____. **Lei 59, de 24 de dezembro de 1992.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-ordinaria/1992/5/59/lei-ordinaria-n-59-1992-dispoe-sobre-o-estatuto-dos-servidores-publicos-municipais>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Lei 16, de 29 junho de 1998.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-ordinaria/1998/1/16/lei-ordinaria-n-16-1998-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-vencimentos-e-carreira-do-magisterio-publico-municipal>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Lei 525, de 04 de março de 2004.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-ordinaria/2004/52/525/lei-ordinaria-n-525-2004-dispoe-sobre-o-estatuto-dos-servidores-publicos-municipais>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Lei Complementar 02, de 04 de março de 2004.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-complementar/2004/0/2/lei-complementar-n-2-2004-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos-dos-servidores-do-poder-executivo-municipal>>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Lei 03, de 27 de abril de 2004.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-complementar/2004/1/3/lei-complementar-n-3-2004-altera-e-acresce-dispositivos-na-lei-complementar-n-02-de-25-de-marco-de-2004-plano-de-cargos-carreiras-e-vencimentos-dos-servidores-do-poder-executivo-municipal-2004-04-27-versao-original>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Decreto 920, de 19 de outubro de 2004.** Disponível em: <http://externo.sjp.pr.gov.br:65368/atoteca/upload/12526/12526_83929029987_F_D_20160201113812.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2019

_____. **Orientações Curriculares Municipais para a Educação Infantil de 2016.** Disponível

em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wpcontent/uploads/2013/04/Orientacoes-Curriculares-Educac%C3%A3o-Infantil-2016.pdf>> Acesso em: 19 de abril de 2019.

SOUSA, Ângelo Ricardo. **Perfil da Gestão Escolar no Brasil.** Tese (Doutorado) – Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

_____. **EXPLORANDO E CONSTRUINDO UM CONCEITO DE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA.** Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n3/07.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2018.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO - EQUIPES DIRETIVAS

(Continua)

BREVE PERFIL DOS SUJEITOS QUE COMPÕE AS EQUIPES DIRETIVAS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CURITIBA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Este questionário é parte de uma pesquisa de especialização em Educação, na linha de Políticas Educacionais, na Universidade Federal do Paraná.

Agradecemos sua participação.

Data: ____/____/____

1 Perfil do diretor(a)

1.1. Idade: _____

1.2. Sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino

1.3. Qual seu nível de escolaridade

☐ Ensino Médio – Magistério

☐ Ensino Médio – Outros

☐ Ensino Superior – Pedagogia.

☐ Ensino Superior – Curso Normal Superior

☐ Ensino Superior – Outras Licenciaturas.

☐ Ensino Superior – Outras áreas. Qual?

1.4. Há quantos anos você obteve o nível de escolaridade assinalado anteriormente

☐ Há menos 2 anos.

☐ De 2 a 7 anos.

☐ De 8 a 14 anos.

☐ De 15 a 20 anos.

☐ Há mais de 20 anos

1.5. Indique em que tipo de instituição você obteve seu diploma

☐ Não conclui o ensino superior.

☐ Privada.

☐ Pública Federal.

☐ Pública Estadual.

☐ Pública Municipal.

1.6. De que forma você realizou o curso superior

☐ Presencial

☐ Semipresencial

☐ À distância

1.7. Indique o curso de pós-graduação de mais alta titulação:

- () Não fiz ou não completei curso de pós-graduação.
 () Atualização ou Aperfeiçoamento (mínimo 180 horas).

- () Especialização (mínimo de 360 horas).
 () Mestrado.
 () Doutorado.

1.8. Indique a área temática da mais alta titulação que você possui:

- () Não fiz ou não completei curso de pós-graduação.
 () Educação, enfatizando educação infantil.
 () Educação, enfatizando gestão escolar.

- () Educação – outras ênfases.
 () Administração pública
 () Outras áreas que não a Educação.

1.9. Há quantos anos você trabalha na área da educação? _____

1.10. Há quantos anos você trabalha na Rede Municipal de Educação de Curitiba/São José dos Pinhais? _____

1.11. Qual o cargo de concurso

- () Professor (a) de educação infantil
 () Profissional do magistério (professor (a))
 () Profissional do magistério (pedagogo (a))

- () Educador (a) social
 () Outros. Quais? _____

1.12 Por quanto tempo você trabalhou neste cargo antes de se tornar diretor (a)? _____

1.13 Há quantos anos você exerce a função de diretor (a)? _____

1.14 Há quantos anos você é diretor desta unidade (a)? _____

1.15 . Por que você aceitou/ quis ser diretor (a)? _____

2 Gestão na unidade

2.1. Neste ano quantas vezes se reuniu o conselho do CMEI?

- () Nenhuma
 () De 1 a 3 vezes
 () De 4 a 7 vezes
 () De 7 a 10 vezes
 () Mais de 10 vezes

2.2. Quais foram os principais assuntos de pauta? Atribua valores de 1 a 4 para os assuntos de pauta das reuniões, sendo 1 para os assuntos mais esporádicos e 4 para os assuntos com maior periodicidade. Você pode atribuir o valor zero (0) para assuntos que não foram discutidos.

- () Planejamento de aplicação de recursos financeiros
 () Planejamento de ações pedagógicas
 () Planejamento de ações com as famílias
 () Priorização de vagas
 () Alteração de calendário

- () Outros. Quais? _____

2.3. Quais segmentos participam com maior frequência das reuniões? Coloque valores de 1 a 4 (sendo 1 para o segmento que participa com menor frequência e 4 para o segmento que participa com maior frequência). Você pode atribuir o valor zero (0) para o segmento que não participou de nenhuma reunião e “x” caso o segmento não componha o Conselho do CMEI

- () Segmento dos professores (as) de educação infantil
 () Segmento dos professores (as) de docência I
 () Segmento do pedagogo (a)

- () Segmento do agente administrativo
 () Segmento da família
 () Segmento da unidade de saúde
 () Outros

2.4. Neste ano quais foram os principais critérios para atribuição das turmas aos professores (as)? Coloque valores de 1 a 4, sendo 1 para o critério menos relevante e 4 para o critério de maior relevância. Você pode atribuir o valor zero (0) para o critério que não foi utilizado na instituição.

- () Preferência dos professores (as).
 () Escolha dos professores (as), de acordo com a pontuação por tempo de serviço.
 () Manutenção do professor (a) com a mesma turma.
 () Revezamento dos professores (as) entre turmas.

- () Agrupamento por afinidade dos profissionais.
 () Sorteio das turmas entre os professores (as).
 () Atribuição pela EPA do CMEI.
 () Outro critério
 () Desconheço os critérios

2.5 Caso tenha assinalado a opção outro critério na pergunta anterior, descreva-o abaixo.

2.6 Você conhece outras formas de provimento/ escolha para a função de direção, diferente daquela por meio da qual está na função?

- () Sim () Não

2.7 Que forma de provimento/escolha para a função de direção você considera melhor??

- () Eleições () Seleção / Concurso
 () Seleção + eleição
 () Indicação política
 () Indicação técnica
 () Outras formas de indicação
 () outras formas de provimento
 () Não sei, pois não conheço formas de escolha de direção diferentes daquela que acontece nesta unidade.

2.6 - como você acha que deve ser a atuação do (a) diretor (a) de CMEI?

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO – sujeitos que compõem a comunidade dos CMEIs.

BREVE PERFIL DOS SUJEITOS QUE COMPÕE AS COMUNIDADES? DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CURITIBA E SÃO JOSE DOS PINHAIS

Este questionário é parte de uma pesquisa de especialização em Educação, na linha de Políticas Educacionais, na Universidade Federal do Paraná

Agradecemos sua participação

Data: ____/____/____

1 Perfil do analisado (a)

1.1 Idade: _____

1.2 Sexo: () Masculino () Feminino

1.3 Qual seu nível de escolaridade

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio – Magistério
<input type="checkbox"/> Ensino Médio – Outros
<input type="checkbox"/> Ensino Superior – Pedagogia.
<input type="checkbox"/> Ensino Superior – Curso Normal Superior | <input type="checkbox"/> Ensino Superior – Outras Licenciaturas.
<input type="checkbox"/> Ensino Superior – Outras áreas. Qual? _____ |
|---|--|

1.4 A que grupo que compõe a unidade você pertence?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Professor (a) de educação infantil
<input type="checkbox"/> Profissional do magistério (professor (a))
<input type="checkbox"/> Profissional do magistério (pedagogo(a))
<input type="checkbox"/> Educador (a) social
<input type="checkbox"/> Equipe Terceirizada
<input type="checkbox"/> Pai, mãe ou responsável legal? | <input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____ |
|--|---|

2. Gestão da unidade

2.1 Neste ano, quais foram os principais critérios para atribuição das turmas aos professores (as)? Coloque valores de 1 a 4, sendo 1 para o critério menos relevante e 4 para o critério de maior relevância. Você pode atribuir o valor zero (0) para o critério que não foi utilizado na instituição.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Desconheço os critérios (pule para questão 2,2)
<input type="checkbox"/> Preferência dos professores (as).
<input type="checkbox"/> Escolha dos professores (as), de acordo com a pontuação por tempo de serviço.
<input type="checkbox"/> Manutenção do professor (a) com a mesma turma.
<input type="checkbox"/> Revezamento dos professores (as) entre turmas. | <input type="checkbox"/> Agrupamento por afinidade dos profissionais.
<input type="checkbox"/> Sorteio das turmas entre os professores (as).
<input type="checkbox"/> Atribuição pela EPA (equipe pedagógico-administrativa) do CMEI.
<input type="checkbox"/> Outro critério |
|--|--|

2.2. Você conhece formas de provimento/ escolha para a função de direção diferentes daquela que acontece nesta instituição?

- () Sim () Não

2.3 Que forma de provimento/escolha para a função de direção você considera melhor?

- ☐ Eleições
- ☐ Seleção / Concurso
- ☐ Seleção + eleição
- ☐ Indicação política
- ☐ Indicação técnica
- ☐ Outras formas de indicação
- ☐ outras formas de provimento. Quais? _____
- ☐ Não sei, pois não conheço formas de escolha de direção diferentes daquela que acontece nesta unidade.

2.4 Você faz parte de algum órgão colegiado?

- ☐ Não
- ☐ Sim - ☐ APPF ☐ Conselho do CMEI

Caso você faça parte do Conselho, por favor, responda as questões 2.5 e 2.6. Caso contrário, pule para a questão 2.7:

2.5. Neste ano quantas vezes se reuniu o conselho do CMEI?

- ☐ Nenhuma
- ☐ De 1 a 3 vezes
- ☐ De 4 a 7 vezes
- ☐ De 7 a 10 vezes
- ☐ Mais de 10 vezes

2.6 Quais foram os principais assuntos de pauta? Atribua valores de 1 a 4 para os assuntos de pauta das reuniões, sendo 1 para os assuntos mais esporádicos e 4 para os assuntos com maior periodicidade. Você pode atribuir o valor zero (0) para assuntos que não foram discutidos.

- ☐ Planejamento de aplicação de recursos financeiros
- ☐ Planejamento de ações pedagógicas
- ☐ Planejamento de ações com as famílias
- ☐ Priorização de vagas
- ☐ Alteração de calendário
- ☐ Outros


2.7. Que sugestões daria para modificar ou melhorar o processo de gestão no CMEI.

2.8 (**Para CMEI com provimento por eleição**) Como se deu, após o pleito eleitoral deste ano, a relação entre a direção, famílias e o grupo de trabalho?

APÊNDICE 3 - AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

A autorização de pesquisa do município de São José dos Pinhais foi dada a partir do contato com a secretária por e-mail e autorização por telefone, a Secretária não emitiu nenhum documento por escrito.

Município de Curitiba:



CURITIBA

Secretaria Municipal da Educação
Superintendência de Gestão Educacional
Departamento de Educação Infantil
Av. João Gualberto, 623 - 3º andar, Torre A
Alto da Glória 80030-000 - Curitiba - PR
Tel. 41 3350-3089
www.curitiba.pr.gov.br

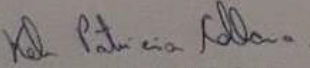
Curitiba, 23 de outubro de 2018.

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

O Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação – SME autoriza a realização da pesquisa intitulada: *Indicação e Eleição como Forma de Provimento da Gestão de CMEIS: Uma Análise Comparativa a Efetivação da Gestão Democrática com Base na Rede Municipal de Curitiba e São José dos Pinhais*, a ser realizada pela pesquisadora Larice de Carvalho da Silva, sob a orientação da Prof.^a Ms. Renata Riva Finatti da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

A pesquisadora está autorizada a entrar em contato com os CMEI's Monteiro Lobato e Caiuá Ilhéus para realizar a aplicação de questionário com os gestores, funcionários e familiares, respeitando o livre consentimento dos sujeitos com relação a sua participação na referida pesquisa.

Informo que a pesquisadora está disponível para esclarecimentos de dúvidas sobre a pesquisa.


Kelen Patrícia Collarino
Diretora do Departamento de Educação Infantil